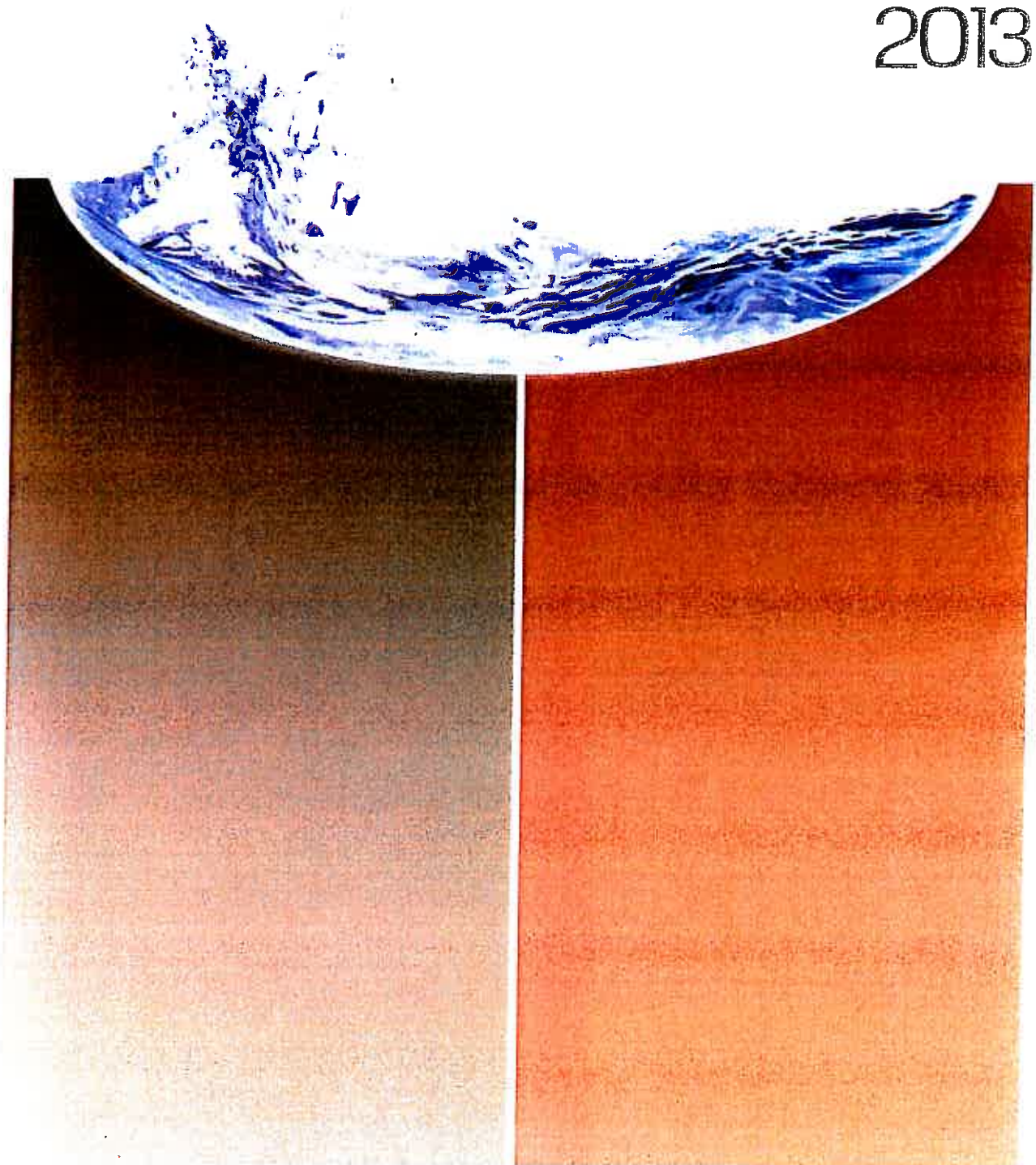


~~h~~ h
dl
relatório e contas

cartágua
águas do cartaxo, s.a.

2013



h
A
A
12

“

Se existe na água neste planeta, ela está contida na água.

”

Loran Eisely



ÍNDICE

01 RELATÓRIO DE GESTÃO.....	2
02 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	29
03 ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	34
04 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	51

Handwritten marks and symbols in the top right corner, including the letters 'n', 'dr', 'r', a large 'X', and '10'.

Senhores Accionistas

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos da Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respectivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a stylized 'h', a signature, and another signature.

5
2
10



01. | RELATÓRIO DE GESTÃO

u
12

AMBIENTE MACROECONÓMICO

Enquadramento Internacional

As actuais projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para o abrandamento do crescimento da economia mundial em 2013, para valores em torno de 2,9% (3,2% em 2012) e para um reforço em 2014, para cerca de 3,6%. O comércio mundial de bens e serviços deverá registar um crescimento médio anual de 3,9%, em volume, já em 2013 e 2014 - um valor superior ao crescimento de 2,8% registado em 2012, mas inferior ao valor médio registado na década de 2000 (5%).

Face a julho de 2013, estas previsões constituem uma revisão em baixa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial para 2013 e 2014, devido sobretudo às perspectivas de um crescimento menos forte das economias emergentes, com particular destaque para a Índia e Rússia. A China viu também as suas perspectivas de crescimento revistas em baixa mas em menor grau. Esta evolução reflecte a desaceleração da procura externa, preços de matérias-primas mais baixos, políticas económicas menos expansionistas e receios quanto à estabilidade financeira nalgumas economias emergentes.

Para 2014, prevê-se uma melhoria do desempenho da economia mundial, assente sobretudo no reforço do crescimento das economias avançadas onde se espera um crescimento relativamente forte dos EUA, um crescimento mais moderado no Japão e uma recuperação da economia da União Europeia (UE). Porém, é de referir que as economias da UE continuam a evoluir de forma distinta, verificando-se um crescimento mais forte nos países bálticos e mais fraco nos países da área do euro sujeitos a programas de ajustamento económico.



p.3

Contudo, e na sequência da evolução registada nos últimos anos, os desequilíbrios externos entre as regiões deverão continuar a reduzir-se. dada a tendência de um crescimento mais fraco nas economias avançadas que se encontram mais endividadas (caso dos EUA e alguns países da área do euro) enquanto a procura interna nas economias de mercado emergentes, apesar da revisão em baixa, tenderá a crescer a um ritmo elevado, destacando-se, entre os países asiáticos, a China.

A incerteza associada às perspectivas económicas mundiais é ainda elevada. No caso da área do euro, deve-se à continuação da crise das dívidas soberanas e à ainda fraca robustez do sistema financeiro e bancário; e, no caso dos EUA, decorre da indefinição do acordo de médio prazo de redução da dívida pública e dos possíveis efeitos da redução de estímulos monetários por parte da Reserva Federal na volatilidade e instabilidade dos mercados financeiros internacionais. No período mais recente, surgiram ainda sinais de alguma instabilidade financeira nos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente naqueles que apresentam um défice externo mais elevado (casos da Índia, Indonésia e Brasil). Estes sinais conduziram a saídas de capitais, depreciações cambiais e aumento dos seus custos de financiamento, contribuindo para as perspectivas de abrandamento do crescimento dessas economias.

No que se refere à área do euro, é de salientar que foram alcançados alguns progressos em termos de construção da união bancária europeia e de aplicação de medidas não convencionais de política monetária através do Banco Central Europeu (BCE). Estes desenvolvimentos permitiram reduzir o risco de fragmentação da área do euro, uma vez que resultaram na melhoria das condições de financiamento nos mercados internacionais e na diminuição dos prémios de risco, com especial impacto nos países periféricos mais atingidos pela crise das dívidas soberanas. Porém, não obstante a redução do diferencial de rendibilidade das taxas de juro de longo prazo dos países periféricos face à Alemanha e o aumento da confiança dos agentes

económicos, as empresas e famílias – que continuam em processo de desalavancagem – continuam a suportar condições de financiamento desfavoráveis. Tal deve-se, em parte, à persistência da situação de fragilidade e de fraca rentabilidade dos bancos, conduzindo à manutenção de condições restritivas na concessão do crédito, com repercussões ao nível da procura interna. Com efeito, os empréstimos concedidos às empresas não financeiras na área do euro deterioraram-se ao longo do ano de 2013.

Face aos referidos progressos, o PIB da área do euro diminuiu 0,9% em termos homólogos no primeiro semestre de 2013, tendo porém apresentado uma recuperação significativa no segundo trimestre, a qual se deve prolongar pelo segundo semestre dada a evolução positiva dos indicadores de confiança. O PIB trimestral em cadeia, por sua vez, registou um aumento de 0,3% no segundo trimestre, invertendo a tendência de quebra consecutiva registada desde o quarto trimestre de 2011. É de referir que esta recuperação foi comum à generalidade dos países.

A evolução da actividade económica da área do euro no primeiro semestre de 2013 reflectiu uma diminuição da procura interna, especialmente significativa em termos do investimento, e um fraco crescimento das exportações. Ao nível do mercado de trabalho, a taxa de desemprego média da área do euro subiu para 12,0% no mês de Agosto (11,4% em 2012).

O Japão registou uma melhoria económica no primeiro semestre de 2013, registando uma taxa de crescimento homóloga do PIB de 0,7%, devido sobretudo ao fortalecimento do investimento privado residencial.

Em relação aos EUA, no primeiro semestre de 2013 verificou-se um crescimento do PIB de 1,5% em termos homólogos, mantendo-se uma expansão económica moderada assente num crescimento elevado da procura interna privada, associado a um crescimento robusto do investimento residencial (13,9%) e uma recuperação do consumo privado (1,9%). Porém, é de referir que a perspectiva de uma retirada progressiva dos estímulos monetários e a não concordância entre os partidos no Congresso sobre o orçamento federal e tecto da dívida pública têm tido um efeito negativo nas perspectivas para a actividade económica, designadamente para o consumo privado e para o investimento.

p.4

Economia Nacional

Em 2013, a evolução da economia portuguesa continuou significativamente condicionada pelo processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos. A correcção dos desequilíbrios envolve a adopção de um conjunto de medidas de consolidação orçamental e uma desalavancagem ordenada e gradual do sector privado, que determina uma forte contracção da procura interna.

Este conjunto de medidas encontra-se enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), cuja implementação se tem desenrolado num contexto macroeconómico internacional particularmente desfavorável, nomeadamente com uma situação recessiva na área do euro que só começou a ser ultrapassada em meados do corrente ano.

Adicionalmente, o cumprimento do PAEF tem vindo a ocorrer num enquadramento financeiro internacional caracterizado por uma fragmentação na área do euro, apesar de alguns sinais recentes de melhoria, e por níveis muito elevados de incerteza relacionados com a persistência da crise da dívida soberana na área do euro. Mais recentemente, é de sublinhar a incerteza institucional subjacente ao ritmo de consolidação orçamental nos Estados Unidos, bem como à respectiva orientação da política monetária.



Neste contexto, tem-se registado uma correcção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia

portuguesa. Em particular, assinala-se a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafecção de recursos no sentido dos sectores produtores de bens e serviços transaccionáveis.

A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contracção da procura interna, mais acentuada em 2012 e no início de 2013.

Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento dos saldos negativos da balança corrente mais rápido do que o inicialmente previsto, quer por via da redução das importações quer pelo aumento das exportações, muito associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos. O ano de 2013 encontra-se contudo marcado pelos primeiros sinais de inversão do ciclo económico, associados a uma estabilização da procura interna e à persistência de ganhos de quotas de mercado por parte das empresas exportadoras.

Após a quebra de 3,2% da actividade económica verificada no ano de 2012, os dados mais recentes divulgados pelo INE indicam uma contracção de 3,1% em termos homólogos no primeiro semestre de 2013. (-4,1% e -2,1% no primeiro e segundo trimestres respectivamente). Esta evolução é explicada por um comportamento menos negativo da procura interna quando comparada com o segundo semestre de 2012, bem como pela manutenção de um contributo positivo da procura externa líquida, ainda que menos expressivo. Considerando a evolução em cadeia, o PIB cresceu 1,1% no segundo trimestre, com a procura interna a contribuir com 0,8 p.p. para este aumento.

De facto, apesar das condicionantes externas, nomeadamente os constrangimentos do mercado comunitário e as crescentes tensões nos mercados emergentes, as exportações de bens e serviços aceleraram no segundo trimestre de 2013, crescendo 7,3% quando comparadas com igual período do ano anterior. Esta evolução representou um ganho significativo de quotas de mercado. Também se assistiu a uma quebra homóloga significativamente inferior à do primeiro trimestre no consumo privado, e no investimento (FBCF), não compensado pela recuperação das importações de bens e serviços.

No final de 2012 e tendo o ano de 2005 como base, as exportações de bens e serviços eram cerca de 30% superiores, enquanto que as importações e a procura interna eram inferiores em 0,5% e 9,6%, respectivamente (se compararmos com 2010, as exportações de bens e serviços foram 10,3% superiores e as importações e a procura interna 11,6% e 11,4% inferiores, respectivamente).

Para 2014 prevê-se uma recuperação da procura externa relevante para Portugal, em consequência da melhoria da actividade económica dos principais parceiros comerciais, com reflexos na evolução das suas importações. Antecipe-se a manutenção das taxas de juro de curto prazo num nível baixo, bem como uma diminuição do preço do petróleo após a subida verificada na segunda metade de 2013, e uma ligeira depreciação do euro face ao dólar.

O crescimento da procura externa relevante para Portugal em 2014 encontra-se em linha com a retoma da economia mundial e, em particular, com a recuperação da economia da área do euro, onde se encontram os principais parceiros da economia portuguesa (Espanha, Alemanha, França e Itália), assim, o PIB da área do euro deverá apresentar um crescimento de 1%, interrompendo a quebra registada nos dois anos precedentes.

Para 2014 prevê-se um crescimento do PIB em 0,8%, em consequência de uma contribuição menos negativa a procura interna, bem como a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida. Este último

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a large 'u' and several scribbles.

contributo é menos relevante em 2014 do que em anos anteriores, fruto de uma aceleração das importações de bens e serviços em resposta à estabilização do consumo privado e ao crescimento do investimento (FBCF).

Esta nova dinâmica da procura interna vem materializar a normalização da actividade económica. Dada a manutenção de um elevado crescimento das exportações, é de esperar que o ajustamento das contas externas contribua para o saldo conjunto da balança corrente e de capital deverá fixar-se em 3.5% do PIB, aumentando a capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, e a balança corrente deverá atingir um excedente equivalente a 1.9% do PIB, reforçando assim o resultado de 2013.

A taxa de desemprego deverá situar-se nos 17.7%, acompanhada pela manutenção de uma produtividade aparente do trabalho positiva (apesar de em desaceleração) e uma queda do emprego inferior à registada em 2013. O aumento do desemprego previsto para 2014, ainda que em desaceleração face ao andamento registado desde 2011, é fruto da manutenção do processo de ajustamento económico e da consequente reafectação de recursos da estrutura produtiva dos sectores de bens não transaccionáveis para os sectores de bens transaccionáveis. No curto prazo, os custos desta reestruturação deverão continuar a penalizar o mercado de trabalho, que reage com maior desfasamento à recuperação da actividade económica.

O consumo público, por sua vez, deverá diminuir em 2.8% no próximo ano, como resultado da continuação do processo de ajustamento da despesa pública.

Isoladamente, como mencionado anteriormente, prevê-se que o investimento apresente uma evolução positiva de 1.2%, resultante de uma melhoria do investimento empresarial, em conjunto com condições de financiamento mais favoráveis da economia portuguesa. O consumo privado deverá apresentar uma recuperação de 0.1% em 2014, após o ajustamento ocorrido nos últimos três anos. Esta variação ligeiramente positiva deverá ser sustentada, tendo em consideração que nos últimos anos se verificou uma trajectória ascendente da taxa de poupança, bem como uma redução de endividamento das famílias.

A inflação deverá atingir 1% em 2014, num contexto de ausência de tensões inflacionistas nos mercados internacionais de *commodities*. Esta ligeira subida da inflação de cerca de 0.4 p.p. face a 2013 traduzirá alguma maior pressão ascendente sobre os preços da melhoria da procura interna, e algum ganho de rentabilidade das empresas, após anos consecutivos de contracção das margens de lucro.

Enquadramento Sectorial

O sector manteve o prosseguimento da estratégia e dos objectivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais – o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II) cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro de 2007, e a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI), aprovada por Despacho Conjunto n.º 8277/2007 de 2 de Março, publicado no Diário da República a 9 de Maio de 2007.



Com base na estratégia definida no PEAASAR II, as entidades gestoras, a par com a necessária execução de infraestruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, devem assegurar que o preço dos serviços reflecta os custos da água e do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas

Handwritten marks in the top right corner, including a checkmark, a scribble, and the number '103'.

com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

Em resumo, fica claro que as orientações nacionais para o sector assentam numa articulação de objectivos e de princípios de sustentabilidade, num contexto de grande exigência de gestão, com vista ao alcançar de tarifas dentro dos limites socialmente aceitáveis, esperando-se da investigação, desenvolvimento e inovação contributos decisivos para tais desideratos, em linha com o Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, que veio alterar o enquadramento legal do sector, estabelecendo princípios de universalidade de continuidade e qualidade de serviço, deficiência e equidade dos tarifários aplicados, entre outros, independentemente do modelo de gestão adoptado.

ACTIVIDADE DA EMPRESA



A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, por contrato celebrado a 18 de Março de 2010, com o Município do Cartaxo, e por um período de 35 anos.

A Concessão tem por objecto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

p.7

Eventos Relevantes

Foi aprovada em Reunião de Câmara e ratificado pela Assembleia Municipal a 28 de Fevereiro de 2013, o contrato adicional ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão Conjunta dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água para Consumo público e de Recolha e Rejeição de Efluentes Domésticos no Município de Cartaxo, do qual resultaram as seguintes modificações:

- Alteração dos prazos e montantes relativos à retribuição a pagar à Concedente;
- Inclusão no contrato de uma retribuição de 3% a pagar à Concedente sobre os valores facturados e cobrados em cada período;
- Actualização do tarifário actual (Protocolo Tarifário), realizado segundo a fórmula de Laspeyres;

Esta adaptação prevê ainda as recomendações da ERSAR, por forma a tornar mais correcta a aplicação do protocolo existente (Protocolo Tarifário), efectuando uma actualização progressiva do tarifário.

Com base em revisão contratual datada de 12 de Março de 2013, ficou acordado entre a Cartágua e o Município do Cartaxo que o pagamento total da renda fixa a pagar à Concedente durante o período da concessão, se altera de 23 milhões de euros para o valor de 10,81 milhões de euros, tendo este contrato efeitos a partir do exercício económico de 2013.

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a checkmark, a signature, and the letters 'N', 'A', and 'pi'.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge quase 14 milhões de euros, a preços correntes. O valor total do investimento referido, deverá realizar-se durante os primeiros seis e oito anos de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Cartágua irá realizar, durante o período de vida de concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de mais de 6.7 milhões de euros.

De forma a demonstrar o total empenho e dedicação da Cartágua, na constante melhoria do serviço prestado aos munícipes do Cartaxo, foi projectado um plano de investimentos ambicioso, que irá para além do exigido no concurso público e que terá como rubricas principais:

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município do Cartaxo, podemos salientar que se encontram parcialmente terminadas, as seguintes rubricas do Plano de Investimentos:

Rubricas do Plano de Investimento em Execução

Arranjos exteriores

A higienização de depósitos referentes ao abastecimento de água é de extrema importância. Verificando-se o elevado estado de degradação das infraestruturas, no que se refere à pintura das mesmas, a Cartágua iniciou em 2013 as referidas obras de melhoramento, nos seguintes locais:

p.8



- Depósitos apoiados e elevado de Central das Pratas;
- Depósito elevado de Vila Chã de Ourique;
- ETAR do Cartaxo;
- Depósito elevado e apoiados de Vale da Pinta;
- Depósito elevado e apoiados de Casais da Amendoeira;
- Depósito elevado da Ereira.

Nos depósitos elevados procedeu-se à colocação dos logótipos da Cartágua e do Município do Cartaxo. Para dar por finalizados os trabalhos de pintura encontram-se em falta os depósitos de Casais da Lapa e São Gens.

Freguesia do Cartaxo

[Central das Pratas]

Sendo a segurança da água distribuída à população do Concelho do Cartaxo, ponto primordial para a Cartágua, procedeu-se à vedação e arranjos exteriores de todo o espaço onde se encontram os três depósitos apoiados, o depósito elevado e a casa de apoio da central das Pratas.

Na sequência da verificação periódica realizada aos reservatórios de água, identificou-se a degradação de alguns respiradouros existentes nos depósitos apoiados, procedendo-se à substituição e fixação dos mesmos de forma, a permitir o aumento da segurança na água armazenada.

W
/ C
*
12

Conhecer o volume de água captada e distribuída é essencial, desta forma no decorrer de 2013, procedeu-se à substituição do contador DN 150, que contabiliza o volume de água captado no furo AC 1, para o reservatório das Pratas

[Remodelação da rede de abastecimento do Cartaxo]

O projecto refere-se à remodelação das redes de abastecimento de água da cidade do Cartaxo, que se encontravam construídas em fibrocimento e betão e com uma utilização para além do seu período de vida útil. Verificou-se que o comprimento das condutas em fibrocimento a substituir excedeu largamente do que se havia proposto no estudo prévio deste projecto. De facto, na área de intervenção encontram-se cerca de 7900 metros de condutas em fibrocimento quando tinha sido estimado um comprimento de 5800 metros em estudo prévio. No que respeita a este projecto, já estão finalizados cerca de 7900 ml, tendo sido renovados 986 ramais domiciliários.

Previamente foram remetidos para o Município do Cartaxo, os planos de sinalização por forma a garantir a segurança dos utentes e dos trabalhadores, de modo a manter o fluxo de tráfego com a menor interferência possível. Foram utilizados durante a execução dos trabalhos equipamentos de protecção colectiva e individual, bem como sinalização rodoviária, para uma eficaz prevenção de eventuais acidentes.

Os trabalhos decorreram com a maior brevidade possível, iniciando-se com a delimitação da zona de intervenção, a qual acompanha a frente de trabalho de modo a minimizar os impactos negativos causados aos utilizadores.

Uma das principais preocupações durante a execução dos trabalhos é garantir o abastecimento nas ruas afectadas, assim a Cartágua condicionou de forma sequencial cada uma das ruas, garantindo que até ao final de cada dia a rua intervencionada se encontrava abastecida.

p.9



Aquando da necessidade de suspensão do abastecimento, a Cartágua informa os seus utilizadores através da rádio local, colocação de informação na nossa página da internet e através de comunicados colocados nas caixas de correio dos utilizadores.

Com a remodelação da rede de abastecimento da cidade do Cartaxo a Rua Dr. Júlio Montez após as referidas obras encontravam-se com pavimento bastante danificado. Ciente do elevado tráfego automóvel diário, a Cartágua tomou a iniciativa de repavimentar a zona intervencionada. Para a pavimentação em causa aplicaram-se massas quentes, perfazendo um total de 800 metros quadrados pavimentados.

A pavimentação constitui uma mais-valia na qualidade de vida dos utilizadores da referida rua.

[Construção da rede de abastecimento de água de Várzeas e Sesmarias]

A rede existente tinha um diâmetro nominal de 60 mm, cuja origem da água era o reservatório de São Gens. Realizou-se neste projecto uma conexão à rede existente, de modo a conseguir abastecer esta zona.

O traçado coincidiu com as zonas a abastecer e seguiu sempre que possível, as laterais das estradas. No que respeita à zona implantada junto à Estrada Nacional 3, o traçado foi afastado tanto quanto possível das faixas de rodagem.

A
L
L

A construção da rede de abastecimento de Várzeas e Sesmarias implicou a construção de mais de 4000 metros de rede, em PEAD MRS100, FN10 e 66 ramais domiciliários.

O plano de sinalização da obra em causa, foi remetido para o Município do Cartaxo, tendo sido considerado durante toda a execução da rede de abastecimento, a salvaguarda de bens e pessoas afectos aos trabalhos com o uso de EPI e EPC, sempre que necessário.

As obras referidas foram alvo de acompanhamento pelas Estradas de Portugal

[Furo de Captação AC 2 e AC 5]

De acordo com as boas práticas, a licença de utilização dos recursos hídricos para captação de águas, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da legislação em vigor, os perímetros de protecção dos furos de captação devem estar perfeitamente delimitados.

Consistes que a envolvente aos furos de captação AC 2 e AC 5, necessitavam de intervenção, procedeu-se ao arranjo da envolvente das referidas instalações. A iluminação do espaço foi também alvo de alteração, uma vez que a existente era deficiente

No furo de captação AC 5, apesar dos perímetros de protecção se encontrarem definidos, não era evidente a sua delimitação. De forma a coimatar tal situação, a Cartágua procedeu à edificação de vedação. Com esta acção e intuito responder às exigências das autoridades, bem como garantir a segurança da água captada.

Devido ao mau funcionamento do contador instalado no furo AC2, optou-se pela montagem de um caudalímetro no dia vinte sete de Novembro de dois mil e treze. Desta forma e tendo em conta o diferente método de funcionamento entre o caudalímetro e o contador, não existirá a possibilidade da não contabilização dos m3 captados do furo AC2.

p.10

[Estação de Tratamento de Águas Residuais do Cartaxo]

Após ao início da Concessão da Cartágua, em Outubro de 2010, a ETAR do Cartaxo encontrava-se ao abandono e sem realizar o tratamento das águas residuais. Em Fevereiro de 2012 e após obras profunda de requalificação iniciou-se a exploração da referida instalação.

Contudo, tendo a Cartágua a recolha, transporte e tratamento das águas residuais provenientes das fossas sépticas domésticas, procedeu-se ao início das obras, de forma a construir uma caixa de recepção de fossas sépticas.



A ETAR do Cartaxo não disponha de *by-pass* à instalação, do afluente recebido das localidades de Cartaxo e Vila Chã de Ourique. Sendo a rede colectora de águas residuais, maioritariamente unitária, a construção do descarregador de tempestade era essencial, bem como a colocação de um caudalímetro à entrada da instalação, de forma a contabilizar o caudal descarregado na linha de água sem tratamento.

Sendo a rede colectora do Cartaxo e de Vila Chã de Ourique maioritariamente unitária, na época de maior pluviosidade o caudal afluente à ETAR era bastante superior à sua capacidade de tratamento. Face ao exposto, a Cartágua dimensionou um descarregador de tempestade a ser construído antes da obra de entrada da referida instalação.

AS
 W
 C
 12

A referida obra consistiu na realização de três caixas. A primeira caixa recebe todo o afluente de Vila Chã de Ourique e Cartaxo, encontrando-se munida de uma caixa para retenção de areias. Esta caixa tem como função promover a decantação das areias mais grosseiras, evitando a entrada das mesmas na obra de entrada da ETAR. Seguidamente o afluente é contabilizado através de um caudalímetro de DN 400.

Na última caixa encontra-se construído um descarregador de tempestade, que entra em funcionamento quando o caudal do afluente é superior ao caudal de tratamento da instalação. Contudo, quando se verifica a necessidade de descarregar afluente não tratado, o afluente é previamente gradado.

Atuando do início das obras descritas anteriormente, foi também construído uma caixa para receção das fossas sépticas. Com a construção da referida infraestrutura, é possível remover parte dos resíduos de desalvenamento provenientes das fossas sépticas, bem como promover uma melhor descarga do afluente antes do mesmo ser incluído na obra de entrada da ETAR.

Com esta obra evita-se que sejam descarregadas fossas sépticas, noutras ETAR's, estas descargas prejudicavam o cumprimento dos parâmetros das licenças de descarga.

[Rede Colectora do Cartaxo]

No decorrer do primeiro semestre de 2013, procedeu-se à finalização do cadastro de saneamento da cidade do Cartaxo. Com o crescente conhecimento da rede, identificou-se a existência de inúmeras caixas de visita estufadas por betuminoso ou, em algumas situações, inexistência das mesmas.

Esta situação foi alvo de alteração. As caixas de visita foram construídas ou colocadas ao nível do pavimento permitindo uma manutenção mais eficaz e conseqüentemente mais rapidez nas respostas e identificações de obstruções. Sendo o aumento da salubridade o ponto primordial.

p.11

Freguesia de Vila Chã de Ourique

[Rede Colectora de Vila Chã de Ourique]

A manutenção da rede colectora de saneamento de forma constante e profissional, é um ponto fulcral para a redução de obstruções que possam ocorrer, bem como para a prestar um serviço de excelência aos nossos utilizadores. De forma a atingir este o objetivo, a Cartágua concluiu no decorrer do primeiro semestre o cadastro da rede de saneamento na freguesia de Vila Chã de Ourique.



No decorrer da realização do cadastro foram identificadas diversas caixas de visitas, que se encontravam tapadas com betuminoso ou ruas sem a existência das mesmas. Para colmatar tais falhas, a Cartágua tem finalizado a colocação as caixas de visita à cota do pavimento ou verificando-se a inexistência das mesmas, procedeu à sua construção.

Os descarregadores de tempestade existentes, também têm sido alvo de controlo e manutenção constante. Este procedimento permite diminuir os impactos ambientais ao meio ambiente e conseqüentemente garantir a salubridade da população residente.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'N', a signature, and the number '10'.

Construção de nova rede colectora em Vila Chã de Ourique

De forma a finalizar a rede de drenagem de águas residuais e servir praticamente a totalidade da população da freguesia de Vila Chã de Ourique, foi necessário proceder-se à construção de cento e vinte metros lineares de colector gravítico, duzentos e cinquenta e quatro metros lineares de conduta elevatória, proceder à rectificação de cinco ramais e construir uma Estação Elevatória, na Rua 5 de Abril de 1975.

No decorrer do segundo semestre de dois mil e treze a Cartágua, concluiu a construção da rede de drenagem supramencionada, contudo encontra-se ainda em falta a colocação da Estação Elevatória. Contudo, durante o primeiro semestre de dois mil e catorze, esta será aplicada

Freguesia de Pontével

[Sectorização]

O sectionamento da rede de abastecimento é essencial para garantir um serviço de excelência à população. Encontrando-se a Cartágua ciente que uma das principais lacunas no serviço de abastecimento é a ausência de sectionamento, iniciaram-se os trabalhos de forma a suprimir as referidas deficiências. Na localidade de Pontével iniciou-se a sectorização nos seguintes locais:



- De Casais Penedos para Vale de Zebra;
- No abastecimento à localidade de Cruz do Campo;
- De Casais Penedos para os Casais da Amendoeira;
- No abastecimento ao lugar de Casais Lagartos;
- Montagem de contador em Pontével na rua da Pedreira.

p.12

Os trabalhos referentes à sectorização irão prosseguir, de forma a melhorar o controlo e monitorização sobre a rede de distribuição de água.

[Depósito de S. Gens]

Sendo a manutenção dos elementos constituintes do sistema de abastecimento, uma operação essencial para o correto funcionamento da rede, a Cartágua procedeu à operação de verificação periódica estipulada. No decorrer desta acção identificou-se que a válvula existente no depósito de S. Gens, para abastecer a população de Pontével, apresentava sinais de deterioração. A substituição da mesma foi concretizada de imediato.

[Conduta elevatória de Casais da Amendoeira]

Encontrando-se a conduta elevatória, proveniente do depósito apoiado de Casais da Amendoeira para o elevado, com constantes roturas e conseqüentes quebras no abastecimento à população, a Cartágua iniciou um estudo exaustivo a fim de proceder à substituição da referida conduta.

Do referido estudo concluiu-se que o material utilizado, não se encontrava de acordo com as especificações exigidas no referido local uma vez que este não se encontrava capaz de suportar as pressões exercidas no referido local.

~~AK~~ $\frac{u}{c}$
~~li~~

Por forma colmatar tais falhas, instalou-se cerca de duzentos metros de conduta em tubo *Blutop*, cujo material utilizado apresenta um tempo de vida útil de aproximadamente trinta anos e uma resistência bastante superior, em comparação com os restantes materiais do mercado.

[Rede de distribuição]

Com o início do mês de Junho, iniciaram-se os trabalhos de preparação à remodelação da rede de abastecimento de água de Casais da Amendoeira e Casais Penedos.

Sendo do conhecimento desta entidade gestora, a reduzida pressão em alguns locais da localidade de Casais da Amendoeira e Casais Penedos, encontra-se prevista a remodelação de cerca de 1.800 metros de rede de distribuição, de forma a eliminar tais défices na distribuição da água.



[Estação de Tratamento de Águas Residuais de Pontével]

A Estação de Tratamento de Águas Residuais de Pontével, apesar de cumprir os parâmetros estabelecidos na legislação em vigor e na licença emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), apresentava uma ineficiência no funcionamento do leito percolador existente na instalação. Identificada tal situação, e após diversas intervenções no local sem sucesso, o referido órgão foi retirado, procedendo-se à sua total reparação, encontrando-se actualmente em perfeito funcionamento.

p.13

[Rede de drenagem de águas residuais]

Durante o mês de Junho de 2013, iniciou-se a preparação dos trabalhos necessários à construção da rede de drenagem de águas residuais de Casais da Amendoeira e Casais Penedos.

No período decorrido entre os meses de Julho e Dezembro de 2013 foram construídos 3.07mL de rede colectora gravítica, 500mL de conduta elevatória e 92 ramais.

A referida obra, aquando da sua conclusão incluirá a construção de cerca de 1.200m de rede colectora, 10 estações elevatórias (7 em baixa e 3 em alta) e cerca 466 ramais domiciliários, tendo um prazo de execução previsto de 18 meses.

Freguesia de Ereira

[Abastecimento]

A localidade da Lapa é abastecida através do depósito elevado instalado na localidade da Ereira. Por forma monitorizar o abastecimento entre o depósito elevado da Ereira e o abastecimento à população da Lapa, a Cartágua procedeu à sectorização da referida zona.

Foi também introduzido um contador no cruzamento entre a rua João Varela e a rua da Fonte do Brejo.



cartágua

Freguesia da Lapa

[Abastecimento]

A manutenção dos equipamentos instalados nos depósitos de água, é essencial para garantir o abastecimento às populações

Consistente de tal situação a Cartágua procedeu à manutenção preventiva das bombas que se encontram instaladas no depósito apoiado de Casais da Lapa

[Saneamento]

Servir a população do Concelho do Cartaxo, com a rede de drenagem de águas residuais é um serviço essencial, tanto do ponto de vista da comodidade dos utilizadores, como para protecção da saúde pública.

A rede de drenagem de águas residuais existente na zona pedonal sita na Rua Professor Artur Simões, na localidade de Casais da Lapa, de acordo com ofício remetido pelo Município do Cartaxo, a referida rede de drenagem não é pertencente ao domínio público. Existindo a necessidade de proceder à ligação das habitações aí existentes a Cartágua por forma a colmatar tal lacuna, procedeu à construção de aproximadamente duzentos metros de rede de drenagem de águas residuais e cinco novos ramais.

Freguesia do Vale da Pedra

[Sectorização]

Em 2013, deu-se início à sectorização da rede de abastecimento na localidade de Vale da Pedra nos seguintes locais:

- Vale da Pedra contador DN 80 colocado no dia 16 de Outubro de 2013 no cruzamento entre a rua 25 de Abril e a rua General Humberto Delgado;
- Rua do Campo da Bola;
- Colocação de contador de sector para Cruz do Campo;
- Montagem do contador de Reguengo para o Setil Contador DN 80 tubagem de 90mm.

O trabalho iniciado tem como primazia monitorizar a rede com uma maior eficácia e diminuir as suspensões de abastecimento aquando da manutenção da rede.

[Estação de bombagem]

Os equipamentos instalados nas estações de bombagem sofrem um desgaste bastante elevado devido ao número de horas de funcionamento dos equipamentos. Sendo uma consequência do desgaste a esgotamento do equipamento e consequentemente a ausência de abastecimento à população, a Cartágua no decorrer do primeiro semestre de dois mil e treze procedeu à manutenção preventiva das três bombas instaladas na estação de Vale da Pedra.



A segurança da água distribuída à população é condição essencial da entidade gestora.

Consistente de tal situação, a Cartágua procedeu ao arranjo da envolvente da estação de bombagem, por forma a aumentar a segurança da instalação.

[Saneamento]

A Cartágua identificou cerca de 1.600mL de abatimentos na rede de drenagem de águas residuais na localidade de Vale da Pedra. Estes abatimentos foram devidos à má construção da rede colectora, obra essa que esteve a cargo da Junta de Freguesia, de modo que os encargos desta obra não estão incluídos no Plano de Investimento.

Os referidos trabalhos iniciaram-se em Agosto, tendo os mesmos sido finalizados em Outubro.

No decorrer das reparações verificou-se a existência de mais abatimentos, tendo-se corrigido um total de 1.619mL. A reparação dos abatimentos supramencionados, foram realizados nas seguintes ruas:

- Rua José Henrique Barata;
- Rua da Chefa;
- Rua da Liberdade;
- Rua José Ribeiro da Costa;
- Beco do 27;
- Rua João de Deus;
- Rua Carvalho e Silva;
- Beco do Violante;
- Rua da Festa;
- Rua da Ponderosa;
- Rua da Pré-escola;
- Rua do Canto do Murro.

p.15

Freguesia de Vales

[Abastecimento]

No abastecimento de água à população, tendo por base a economia da gestão integral, tornasse necessário conhecer, com a maior exactidão e precisão possíveis, os volumes fornecidos, já que estes, em grande parte, dependem dos rendimentos dos sistemas integrais de distribuição de água.



O tempo de vida máximo recomendado de um contador de água é de aproximadamente 20 anos, com um mínimo de duas revisões durante este período (a cada 7 anos) ou menos, consoante o tipo de aparelho e o tratamento que se lhe dá e dependendo da incidência dos seguintes fatores: número de arranques, m³ medidos anualmente, qualidade da água medida, pressão da rede, protecção dada ao contador e tipo de contador.

Encontrando-se os contadores instalados com um período de vida útil superior ao tempo máximo recomendado, a Cartágua renovou no primeiro

semestre de 2013, um total de 57 contadores em Reguengo e 80 na localidade de Porto de Muge.

[Rede de drenagem de águas residuais]

Na localidade de Valada, encontrava-se em falta a construção de aproximadamente 150m de rede de drenagem de águas residuais, na Rua Professora Júlia Albino Gomes Pimento. De forma a colmatar tal situação, a Cartágua procedeu à construção de cerca de 50m, uma vez que os restantes têm de ser drenados por meio de bombagem.

Não sendo possível drenar toda a água residual de forma gravítica, a Cartágua encontra-se a delinear a construção dos 100m que se encontram em falta.

[Estação elevatória de Valada]

A Estação Elevatória de Valada encontrava-se equipada apenas com uma bomba de marca ABS, estando a mesma descontinuada. Face ao exposto, a Cartágua adquiriu duas bombas marca Xylem, tendo uma sido colocada no interior da EE e outra ficando como reserva.

Uma vez que a referida instalação se encontrava em manutenção, procedeu-se à integral substituição da conduta elevatória existente, bem como das válvulas e construção de novas caixas de visita, visto que as mesmas se encontravam no interior da estação elevatória, diminuindo significativamente a durabilidade das mesmas.

No decorrer de todo o processo, não foi descarregado qualquer afluente para as linhas de água.

p.16

[ETAR do Reguengo]

A quando do início do processo de licenciamento da ETAR do Reguengo, a Cartágua deparou-se com a ausência de memória descritiva da referida instalação, bem como de telas finais, sendo estes elementos indispensáveis para requerimento da licença de utilização dos recursos hídricos para descarga de águas residuais.

Identificando-se tal situação e considerando que a referida instalação apresentava algumas lacunas, que urgiam intervenção, procedeu-se à restauração do processo de tratamento.

De forma a contabilizar as águas residuais tratadas na ETAR instalou-se um caudalímetro DN80 à entrada da instalação e outro à saída da mesma, sendo desta forma possível contabilizar a água residual rejeitada sem tratamento, aquando dos índices de maior pluviosidade, uma vez que a rede de drenagem de águas residuais é maioritariamente unitária.



Com intuito de otimizar a recolha das amostras, para posterior análise em laboratório acreditado para o efeito, construiu-se uma caixa para recolha de amostras.

As águas residuais tratadas, são encaminhadas preferencialmente para os poços de absorção existentes, permitindo deste modo diminuir o encaminhamento do efluente para a linha de água.



Segurança e Higiene no Trabalho

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho, é considerado um ponto fulcral no desenvolvimento das actividades diárias.

Tendo em consideração as consideráveis falhas que o sistema apresentava, no que se refere à ausência de sinalética e de meios de combate a incêndios, a Cartágua, finalizou em 2013 a colocação dos referidos equipamentos. Actualmente todas as instalações exploradas pela Cartágua dispõem de sinais de emergência, obrigatoriedade e proibição, bem como extintores adequados a cada instalação (Pó Químico, CO2 ou ABC).

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada actividade desenvolvida, encontra-se a se alvo de avaliação com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições definidas.

Controlo de Pragas

O plano de controlo de pragas de todos os locais, afectos ao sistema de distribuição de água para consumo humano e recolha e tratamento de águas residuais encontra-se a ser mantido, com uma periodicidade bimensal.

A Cartágua através deste processo elimina possíveis pragas nas suas instalações, garantindo uma melhor qualidade do seu sistema.

Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente

A Cartágua desenvolveu no decorrer do ano 2013, o processo para obtenção de certificação de acordo com as Normas ISO 9001:2008 e 14001:2004.



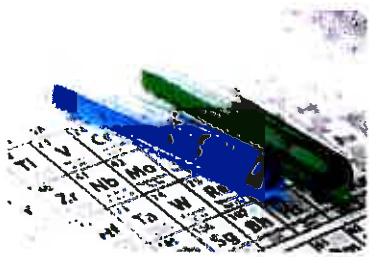
p.17

Sendo que as auditorias se desenvolvem em duas fases: I e II, no dia 3 de Outubro realizou-se a primeira auditoria externa ao sistema desenvolvido pela Cartágua e em 27 de Novembro, teve lugar a segunda fase de auditoria.

Até ao final do semestre de 2013, a Cartágua ainda não obteve os respectivos certificados, contudo julgamos que o referido processo fique concluído até final de Janeiro de 2014.

Aspectos Técnicos

[Qualidade da Água Distribuída]



A qualidade da água distribuída pela Cartágua aos utilizadores do concelho de Cartaxo é verificada através de inúmeras recolhas efectuadas periodicamente nos diversos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas em laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2013. Este programa foi aprovado em 30 de Dezembro de 2009 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.

[Volumes de Água Comprada e Captada]

No ano de 2013, a Cartágua obteve a água para consumo humano através dos seus 5 furos de captação assim como, através dois pontos de ligação à Rede da EPAL.

✓
 ✓
 ✓
 li

[Volume Facturado por Tipo de Utilizador]

No que respeita aos metros cúbicos de água facturados, a Cartágua facturou no segundo ano um total de 1 274 288 m³, divididos pelos diferentes tipos de utilizadores.

[Interrupções de Funcionamento Planeadas e não Planeadas]

No terceiro ano de actividade, o número de intervenções não programadas em ramais abastecimento e saneamento, condutas e colectores fazem um total de 468 intervenções, divididas em 355 de abastecimento e 113 de saneamento.

Plano de Investimentos Executado

O investimento em infraestruturas, realizado durante o ano de 2013 foi de 1.492.966,85 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final de 2013 o montante acumulado de 3.796.387,10 euros, o qual, face ao valor definido como obrigatório (10.143.369,00 euros), apresenta uma percentagem de realização de cerca de 37%

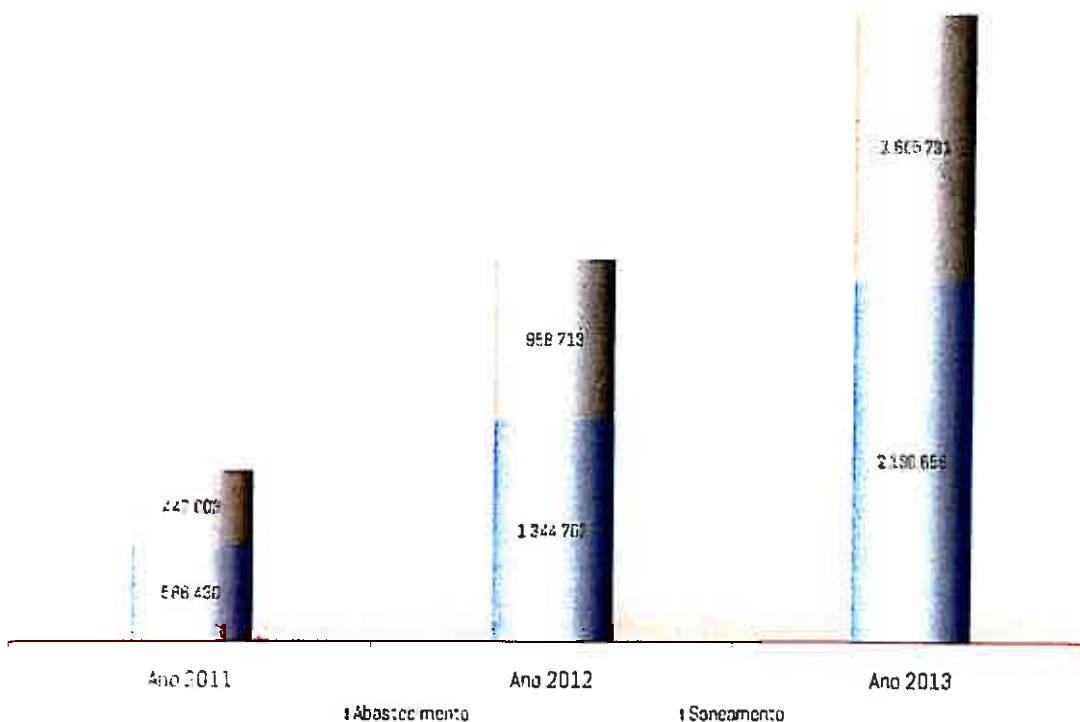
No gráfico abaixo apresenta-se a evolução registada no Plano de Investimentos, ao nível das grandes rubricas:

- Abastecimento;
- Saneamento;

relativamente aos últimos 3 anos da sua execução:

p.18

Execução de Plano de Investimentos
(em euros)





Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Cartágua a final de Dezembro de 2013 foi o que se apresenta no quadro seguinte:

Abastecimento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	395.424,77
		Baixa	862.537,34
	Pontével, Casais Amendoeira, Casais Lapa	Alta	320.564,72
		Baixa	171.873,23
	Valada, Porto Muge, Reguengo	Alta	74.329,00
	Vale da Pedra	Alta	365.927,00
	Sub-total		2.100.656,06
Saneamento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	527.163,00
		Baixa	234.244,77
	Pontével, Casais Amendoeira, Casal Penedo, Vale da Pinta	Baixa	653.963,57
		Baixa	38.000,00
	Valada, Porto Muge	Alta	85.869,00
		Baixa	3.000,00
	Eira, Lapa	Baixa	8.609,84
	Outros		54.860,86
	Sub-total		1.605.731,04
	Total		3.706.387,10

OBJECTIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

p.19

A Cartágua assume, como seu objectivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município de Cartaxo, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o know-how do seu accionista, a Cartágua apresentou e mantém até hoje, um projecto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Cartágua tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Cartágua é definida em relação directa com a estratégia de ambos os grupos accionistas, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam directamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objectivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a Cartágua procura conciliar o interesse e os objectivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2013 de 24 pessoas, o mesmo número que em 2012.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Cartágua espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adoptando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que se a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Cartágua no ano de 2013, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respectivas notas.

Damos nota, que a empresa aplicou as normas IFRS para o exercício de 2013 e procedeu ao ajuste das demonstrações financeiras do exercício de 2009 (desde 1 de Janeiro de 2009), de acordo com a versão das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro em vigor à data de 31 de Dezembro de 2013.

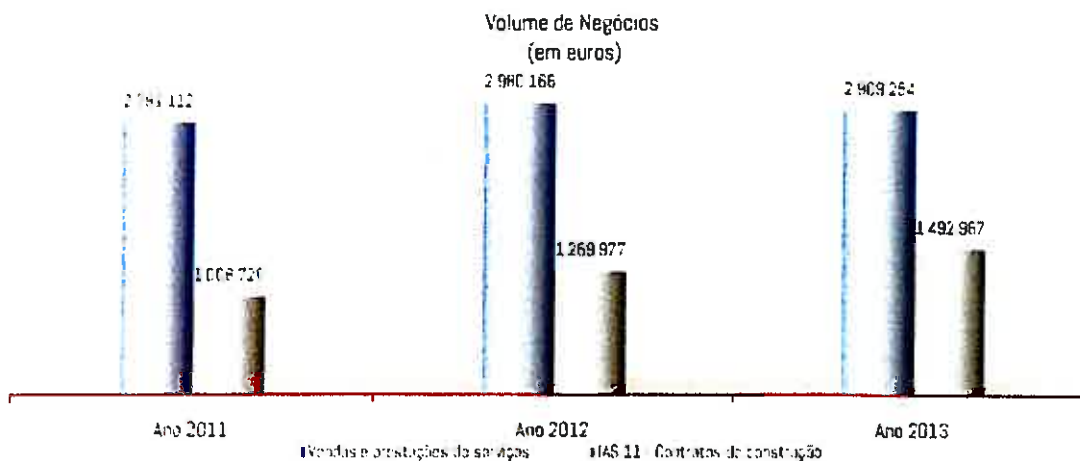
Volume de Negócios

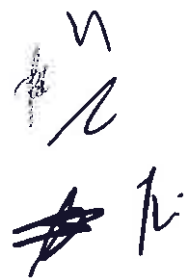
p.20

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 4.402 milhões de euros (2.909 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 1.493 milhões de euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício actual com o anterior, regista-se uma diminuição na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 2,38% (de 2.980.166,08 euros em 2012 para 2.909.253,50 euros em 2013), tendo em sentido inverso, a rubrica de proveitos originados pela aplicação da IAS 11, acrescido a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 17,56% (de 1.269.977,37 euros em 2012 para 1.492.966,85 euros em 2013).

Para um melhor entendimento, apresentamos o gráfico da evolução do volume de negócios:





Gastos e Perdas

O total dos gastos da Cartágua foi em 2013 de 4.516.078,74 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 4.865.899,20 euros, representa um decréscimo de 7,19%.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados sobre o inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 135.607,97 euros, representando 3,00% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 84.191,16 euros, representando então cerca de 1,73% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de 61,07%, sendo o custo das matérias-primas o principal responsável por este aumento significativo.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), registou 1.397.865,51 euros, representando cerca de 30,95% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1.499.492,20 euros, representando então cerca de 30,82% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de -6,78%.

Para o total dos gastos contribuiu decisivamente a rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2013, contribuindo para 33,17% dos gastos totais, o equivalente a 1.492.966,85 euros para o período em análise.

p.21

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 385.834,46 euros, representando cerca de 8,54% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 386.023,48 euros, representando então cerca de 7,93% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal apresenta-se quase nula (-0,05%).

A Cartágua registou em 2013 dívidas incobráveis no montante de 11.421,82 euros, um valor de alguma forma comparável ao registado em 2012 (34.749,16 euros), uma vez que nesse mesmo ano se registaram dívidas incobráveis relativas a 2012 e aos 2 anos anteriores.

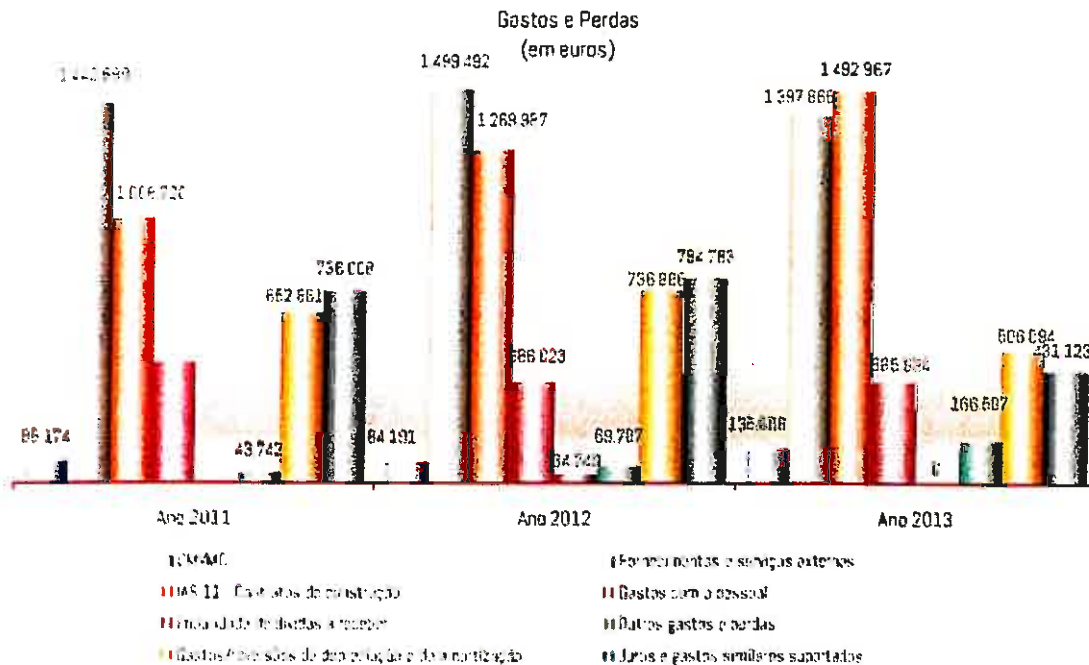
A rubrica de outros gastos e perdas registou em 2013 cerca de 155.164,84 euros (3,44% do total dos gastos do período), tendo registado em 2012 cerca de 69.629,54 euros (1,43% do total dos gastos do período). A variação entre exercícios da rubrica outros gastos e perdas apresentou um acentuado acréscimo de 122,84%, para o qual contribuíram decisivamente, entre outros, a contabilização de impostos e taxas diversas no montante de 23.213,83 euros, donativos no montante de 2.720,00 euros, gastos relativos a sinistros com viaturas no montante de 3.625,19 euros, prestações de serviços bancários no montante de 4.091,30 euros e gastos relativos a períodos anteriores no montante de 120.108,81 euros.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações registou uma variação apreciável, apresentando cerca de 506.093,82 euros, para o período em análise, face a 736.885,56 euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respectivamente 11,21% e 15,14%, sendo a sua variação entre períodos de -31,32%. A diminuição dos gastos com depreciações e de amortizações ficou essencialmente a dever-se ao novo valor dos itens intangíveis, resultado da revisão contratual datada de 12 de Março de 2013.

Outre das variações mais significativas, face aos períodos em análise, registou-se ao nível dos juros e gastos similares suportados pela Cartágua, a qual registou no período de 2013 um valor negativo de 431.123,47 euros, que comparativamente com o exercício anterior representa uma alteração substancial, quando a mesma rubrica registava 784.940,73 euros (equivalente a 16,13% do total dos gastos do exercício). A explicação da variação

ocorrida deve-se na sua quase totalidade ao recálculo do passivo financeiro registado na contabilidade da Cartágua, o qual estava inicialmente registado por 23 milhões de euros (e pela totalidade do período da concessão), face aos 10,58 milhões de euros, reconhecidos a partir do exercício económico de 2013 (e por um período parcial da concessão). O valor resultante da regularização dos lançamentos após este recálculo é apresentado por ter valor contrário, nos juros e rendimentos similares obtidos, no valor de € 457,719 78.

No gráfico seguinte apresentamos, para melhor análise visual, a evolução da estrutura de gastos da Cartágua entre os períodos de 2011 e 2013.



p.22

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Cartágua foi em 2013 de 5,091,683.38 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 4,776 294.26 euros, representa um ligeiro acréscimo de 6.60% (justificado pelo registo da regularização dos lançamentos do recálculo do passivo financeiro registado na contabilidade da Cartágua).

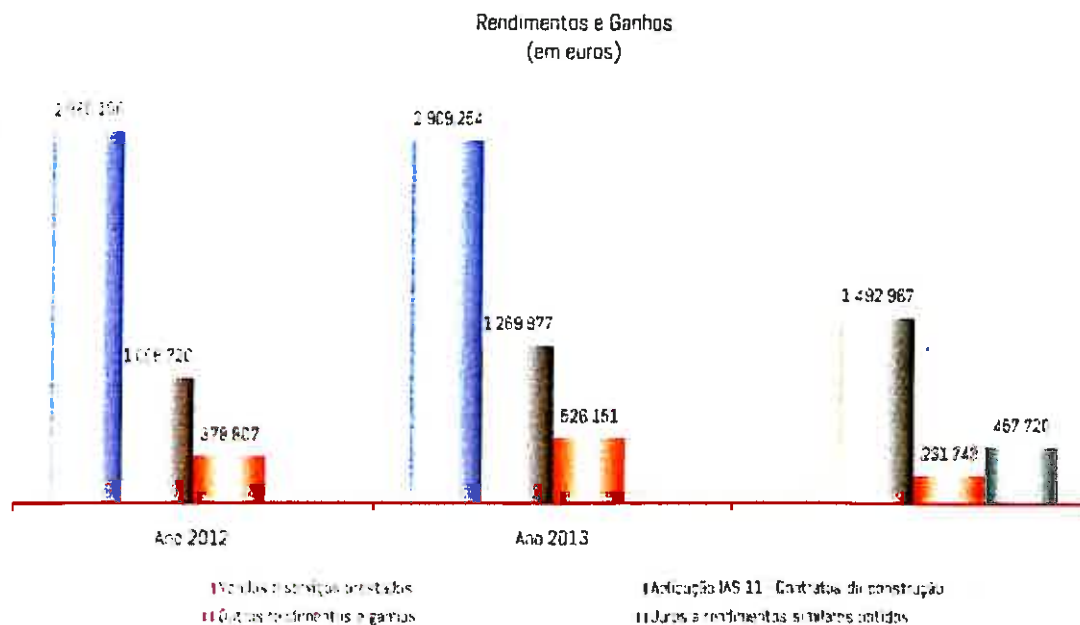
A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2013 cerca de 2,904,356.93 euros, que comparado com o exercício anterior revela um decréscimo de 2.54% face ao valor de 2,980,156.08 euros.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2013 com 1,492,966.85 euros, face ao valor de 1,269,977.37 euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, que registou no período em análise 231,743 25 euros, reflecte entre outros o montante facturado a título de compensação pela aplicação do ajustamento temporário ao tarifário em vigor até final do mês de Junho de 2013 (212,905.81 euros), ajustes efectuados sobre valores de exercícios anteriores (4 856 79 euros) e outros ganhos diversos. A mesma rubrica, registava em 2012 o valor de 526,150 81 euros.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large '10' and some illegible scribbles.

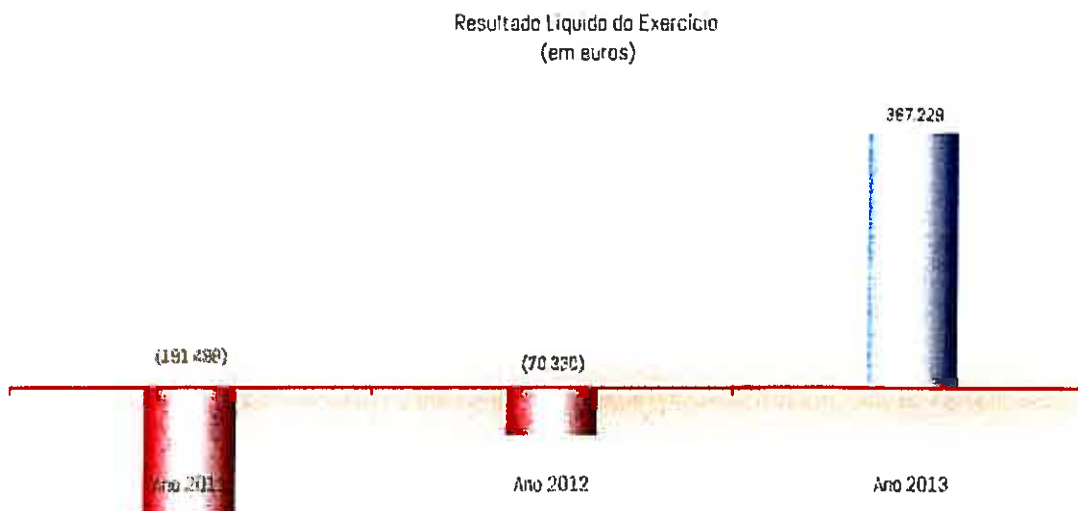
No gráfico a seguir podemos observar o peso relativo das rubricas de rendimentos e ganhos, relativamente aos seus saldos anuais dos últimos 3 anos:



p.23

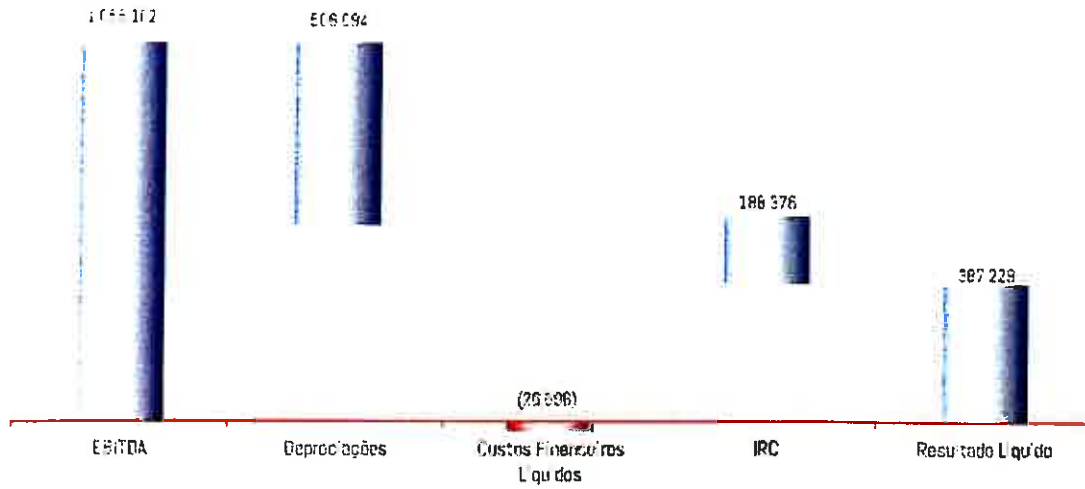
Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício, que ascende a 387 228 60 euros, representa uma recuperação apreciável face ao exercício anterior, no qual o mesmo se apresentou negativo em cerca de 70 329.51 euros.



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a checkmark, a signature, and the number '14'.

No gráfico a seguir podemos observar em detalhe a composição dos valores que constituem a ponte entre o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos e o resultado líquido do período:

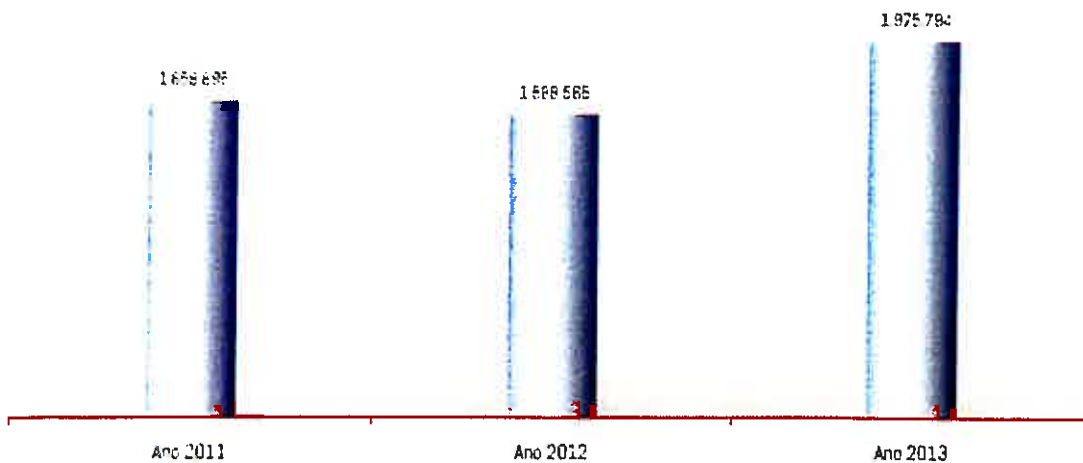


Evolução dos Capitais Próprios

p.24

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Cartágua, a mesma apresenta-se no final do exercício de 2013 e dos dois anos subsequentes, da seguinte forma:

Evolução dos Capitais Próprios (em euros)



Apesar do ambiente macroeconómico difícil e de um claro abrandamento do consumo, a Cartágua encontra-se confiante na sua estratégia para enfrentar os desafios existentes e para alcançar o seu compromisso de crescimento sustentável.

Embora muito dependentes da actual conjuntura económica nacional, todos resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas correctivas durante todo o período em análise neste relatório.

No actual contexto de agravamento do quadro macroeconómico, as perspectivas elaboradas para 2014 e anos seguintes, embora mais difíceis de alcançar, mantêm-se validas.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado foi de 1.055.102,15 euros relativamente ao período em análise apresentando um decréscimo de 26,33% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, uma diminuição de 21,04%, situando-se no final de 2013 em 549.008,33 euros.

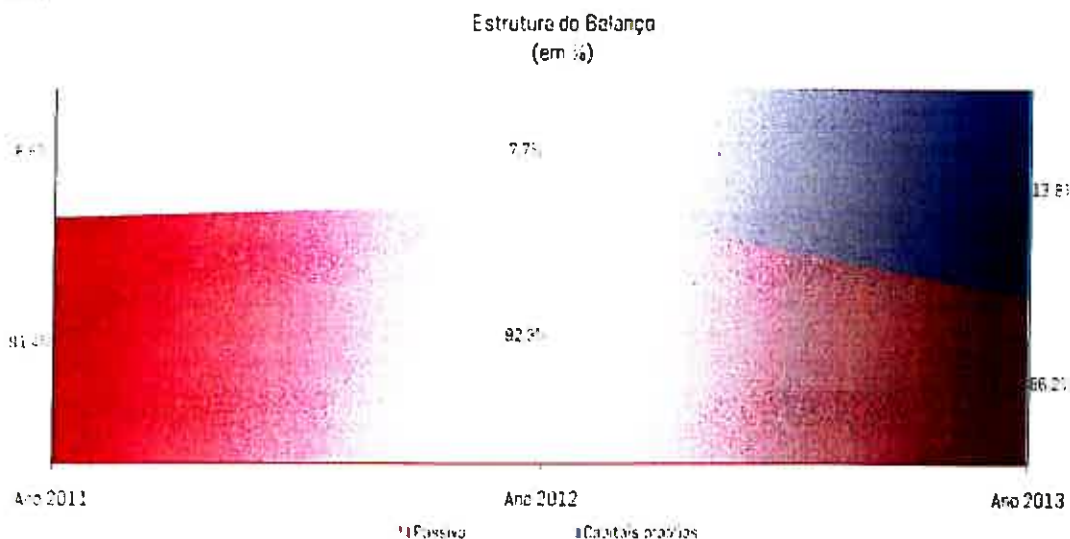
	Ano 2013	Ano 2012
Rentabilidade do activo total	2,70%	(0,34%)
Rentabilidade dos capitais próprios	19,60%	(4,43%)
Rentabilidade das vendas	8,80%	(1,65%)
EBITDA	1.055.102,15	1.432.221,36
EBIT	549.008,33	695.335,79

p.25

Estrutura Financeira

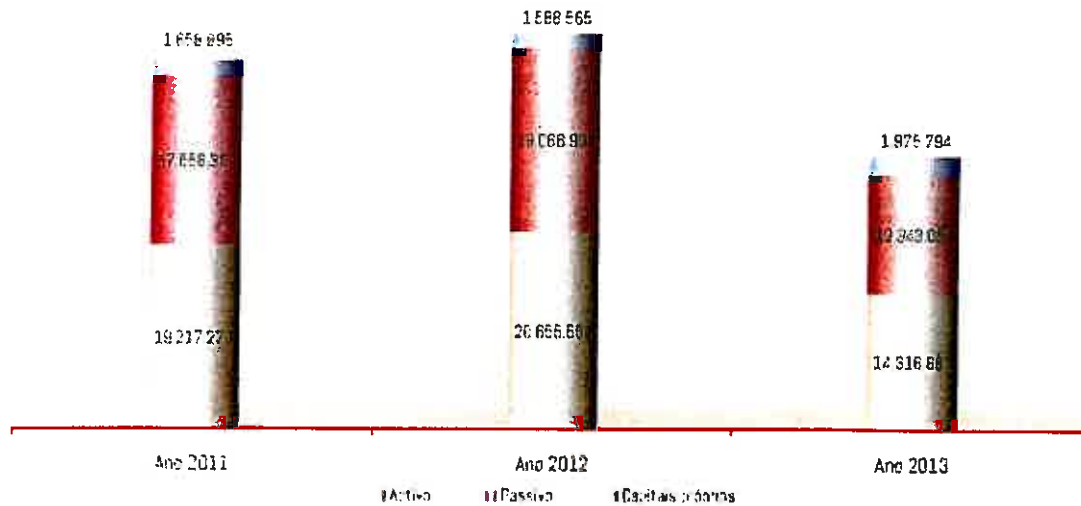
A análise da estrutura do Balanço, em especial nos três últimos anos, reflecte uma tendência de alguma estabilidade entre as principais rubricas: activo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o activo passou de 20.655.558,39 euros em 2012 para 14.316.866,67 euros em 2013. A diminuição desta rubrica de balanço, activo não corrente, deve-se na sua maior parte ao ajuste da retribuição a pagar ao Município do Cartaxo pela Cartágua, a qual estava inicialmente registada por 16.677.320 euros, face aos 10.372.162 euros, reconhecidos a partir do exercício económico de 2013.



Em termos desagregados, os capitais próprios passaram de 1.588.565,05 euros em 2012 para 1.975.793,69 euros em 2013, tendo aumentado de forma substancial a sua importância na estrutura de capitais, passando de 7,69% para 13,80%, conjuntamente com uma maior diminuição do valor do passivo, de 19.066.993,34 euros em 2012 para 12.343.092,98 euros em 2013.

Grandes Rubricas do Balanço
(em euros)



p.26

Até nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2013, em termos percentuais, uma substancial variação dos mesmos face ao ano de 2012:

	Ano 2013	Ano 2012
Capitais próprios	1.975.793,69	1.588.565,05
Passivo total	12.343.092,98	19.066.993,34
Passivo corrente	10.790.047,30	9.965.730,09
Activo total	14.318.886,67	20.655.558,39
Autonomia financeira (Capitais próprios/Activo total)	13,80%	7,69%
Solventeidade (Capitais próprios/Passivo total)	16,01%	8,33%
Endividamento (Passivo total/Activo total)	86,20%	92,31%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	87,42%	52,37%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE

O Conselho de Administração da Cartágua inicia o seu mandato para o triénio 2013-2015 com um elevado sentido de responsabilidade que decorre do reconhecimento de que o difícil contexto nacional e internacional em que vivemos terá, inevitavelmente, consequências para a gestão da empresa.

Reconhecendo porém, que também nas crises surgem oportunidades, a Administração da Cartágua está determinada em aproveitar os tempos difíceis que atravessamos para implementar reformas que conduzam a uma maior redução de custos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.

Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, e na competência dos seus trabalhadores, encaramos o futuro da Cartágua com muito optimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 387.228,64 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: 387.228,64 euros

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Cartágua aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

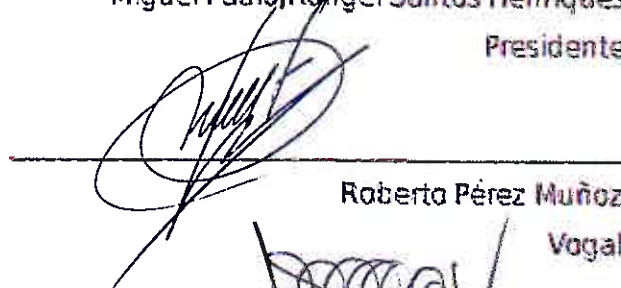
Cartago, aos 31 de Março de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

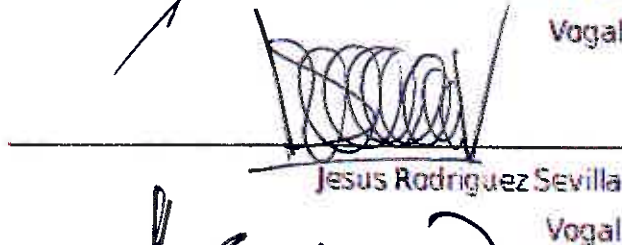


Miguel Paulo Rangel Santos Henriques
Presidente

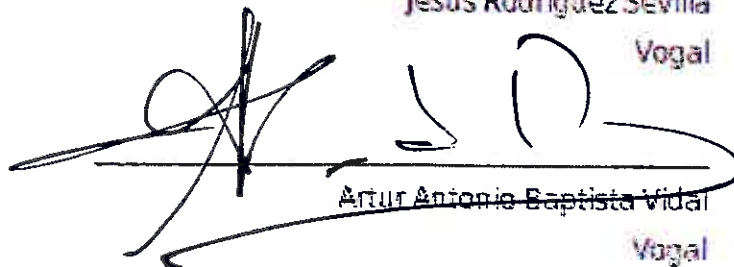
p.28



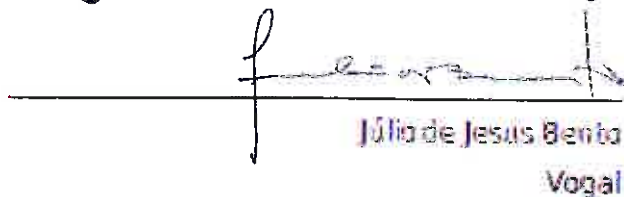
Roberto Pérez Muñoz
Vogal



Jesus Rodriguez Sevilla
Vogal

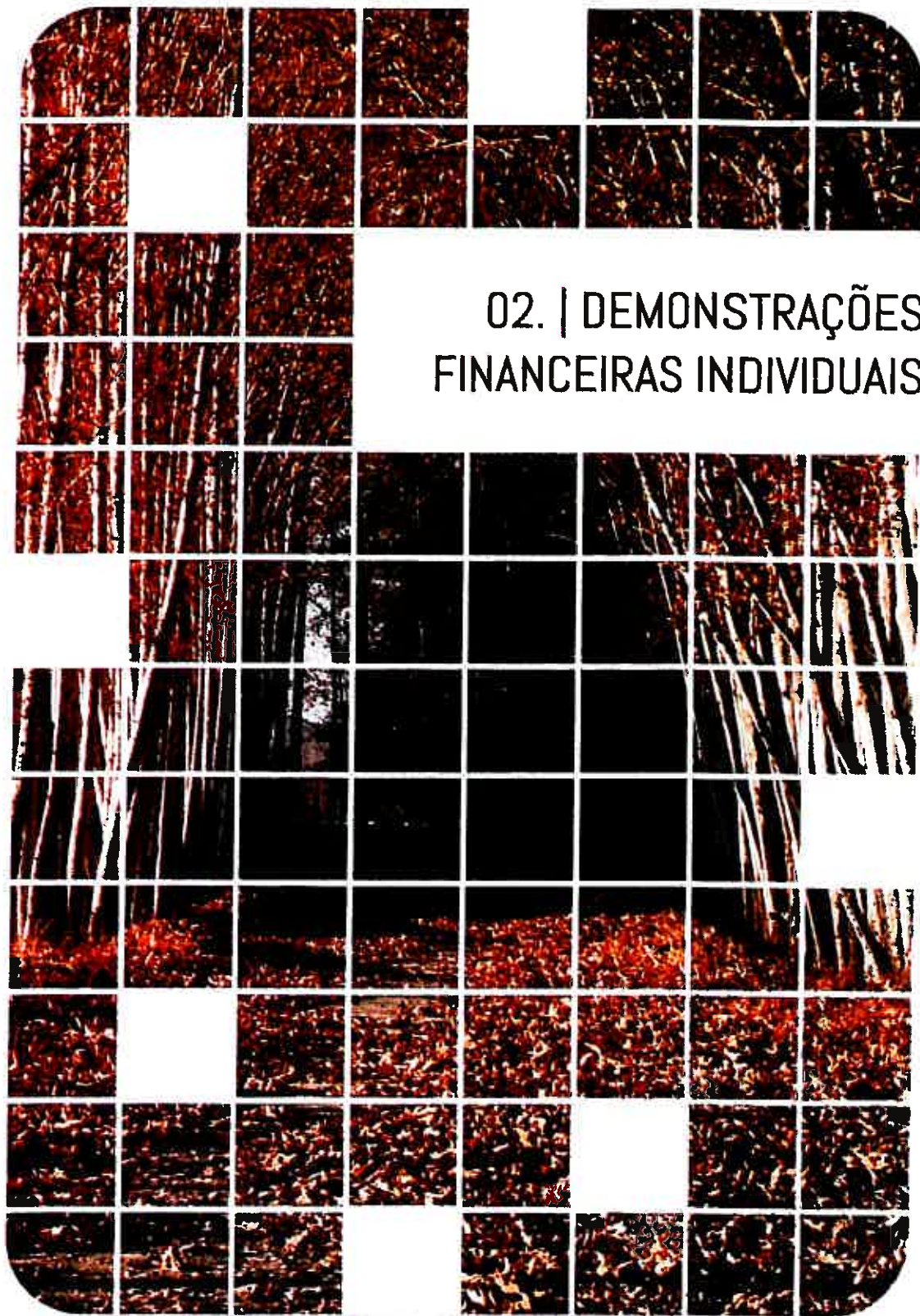


Artur Antonio Baptista Vidal
Vogal



Júlia de Jesus Benito
Vogal

W
~~#~~
10



02. | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the number '4'.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade monetária: Z\$

	NOTAS	2013	2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activo fixo tangível	3.2.6	35.773.39	55.367.16
Activo intangível	3.1.3.3.6	12.417.094.11	17.888.772.49
Activo por impostos diferidos	3.4	153.078.74	144.198.55
	sub-total	12.605.946.24	18.088.338.20
Activo corrente			
Existências	3.5	61.714.77	122.540.06
Câmbios	3.7.9	859.904.65	1.337.784.96
Actos de comércio e fornecedores	13	15.516.38	0.00
Estado e outros entes públicos	3.4.8	117.515.65	140.898.06
Outros créditos a receber	3.7.9	66.042.51	478.955.49
Diferimentos	4.10	30.945.80	1.993.35
Caixa e depósitos bancários	3.7.11	581.300.67	485.048.33
	sub-total	1.712.940.43	2.567.220.19
	Total do activo	14.318.886.67	20.655.558.39
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital autorizado	3.6	1.850.000.00	1.850.000.00
Reservas legais	3.6	78.51	78.51
Outras reservas	3.6	314.08	314.08
Resultados transiçados	3.6	(261.827.54)	(191.498.03)
Reservatório de lucro do período	3.6	387.228.64	(70.329.51)
	Total do capital próprio	1.975.793.68	1.568.565.05
Passivo			
Passivo não corrente			
Dívidas a longo prazo	3.7.13	1.553.045.60	9.081.263.26
	sub-total	1.553.045.60	9.081.263.26
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1.548.964.17	1.503.070.75
Estado e outros entes públicos	3.4.8	238.789.53	52.144.69
Actos de comércio	3.7.12	5.975.000.00	5.975.000.00
Outros créditos a pagar	3.7.11	3.027.293.68	2.455.514.64
	sub-total	10.790.047.38	9.985.730.08
	Total do passivo	12.343.092.98	19.066.993.34
	Total do capital próprio e do passivo	14.318.886.67	20.655.558.39

p.30

(1) Os valores são expressos em Z\$ (Zimbabwean Dollar) e arredondados para cima ou para baixo para o número inteiro mais próximo.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade monetária (R\$)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2013	2012
Vendas e concessões prestadas	38, 14	4.402.220,35	4.250.143,45
Queda do valor das vendas e das matérias consumidas	35, 15	(135.607,97)	(184.191,16)
Fornecimentos e serviços externos	16	(2.890.832,36)	(2.769.479,57)
Gastos com pessoal	17	(385.834,46)	(366.023,48)
Impair (perda) de ativos a receber (perdas reversíveis)	9		(34.749,16)
Outros rendimentos e ganhos	18	231.743,25	526.150,91
Outros ativos e perdas	19	(166.586,66)	(69.796,90)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.055.102,15	1.432.063,99
Gastos reversíveis de depreciação e de amortização	20	(506.093,82)	(736.885,56)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		549.008,33	695.178,43
Juros e rendimentos e outros obtidos	18	457.719,78	
Juros e encargos com outros suportados	21	(431.123,47)	(784.783,37)
Resultado antes de impostos		575.604,64	(89.604,94)
Imposto sobre o rendimento do período	22	(168.376,00)	19.275,43
Resultado líquido do período		367.228,64	(70.329,51)

22 - Imposto sobre o rendimento do período, que representa o valor líquido do lucro, após a retenção da contribuição dos pontos tributários de juros

p.31

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	6 751 962,75	3 600 891,18
Pagamentos a fornecedores	(4 417 007,07)	(2 493 976,46)
Pagamentos ao pessoal	(382 854,92)	(410 520,25)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(89 973,19)	(21 758,64)
Outros recebimentos/pagamentos	(27 679,63)	50 441,86
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	1.834.447,94	725.077,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(4 592,50)	(2 813,74)
Activos intangíveis	(1 527 601,96)	158 552,26
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(1.532.184,46)	155.738,52
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Divrds e passivos similares	(226 001,13)	(551 527,67)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(226.001,13)	(551.527,67)
Variação da caixa e seus equivalentes (1+2+3)	70.252,35	329.288,53
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	485.048,33	155.759,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período	561.300,68	485.048,33

(1) - Todos os valores expressos em milhares de euros, a menos que se especifique de outro modo a possibilidade de expressão em outras unidades monetárias de euros.

Handwritten signature and initials

Relatório e Conta de Administração e Atividades Financeiras do Grupo de Trabalho de Resgate de Valores em Risco

(Unidade monetária: R\$)

Movimentos no período	Capital social	Proteções suplementares a outros instrumentos de capital	Ações (emitidas) próprias	Prêmios de amadurecimento	Reservas não distribuídas	Excedente de valorização de ativos financeiros	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Reservas acumuladas	Resultado líquido do período	Total
Saldo no início do período	1.850.000,00			78,51	314,00			70.229,64	70.229,64	1.899.069,25
Adições/diminuições diretas ao capital próprio	1.850.000,00			78,51	314,00			(261.027,64)	1.568.065,06	
Saldo no fim do período	1.850.000,00			78,51	314,00			(261.027,64)	307.232,64	1.876.763,51

At - Outros adiantamentos em função de demandas imprevistas de clientes - responsabilidade de administração financeira em cobrança de juros

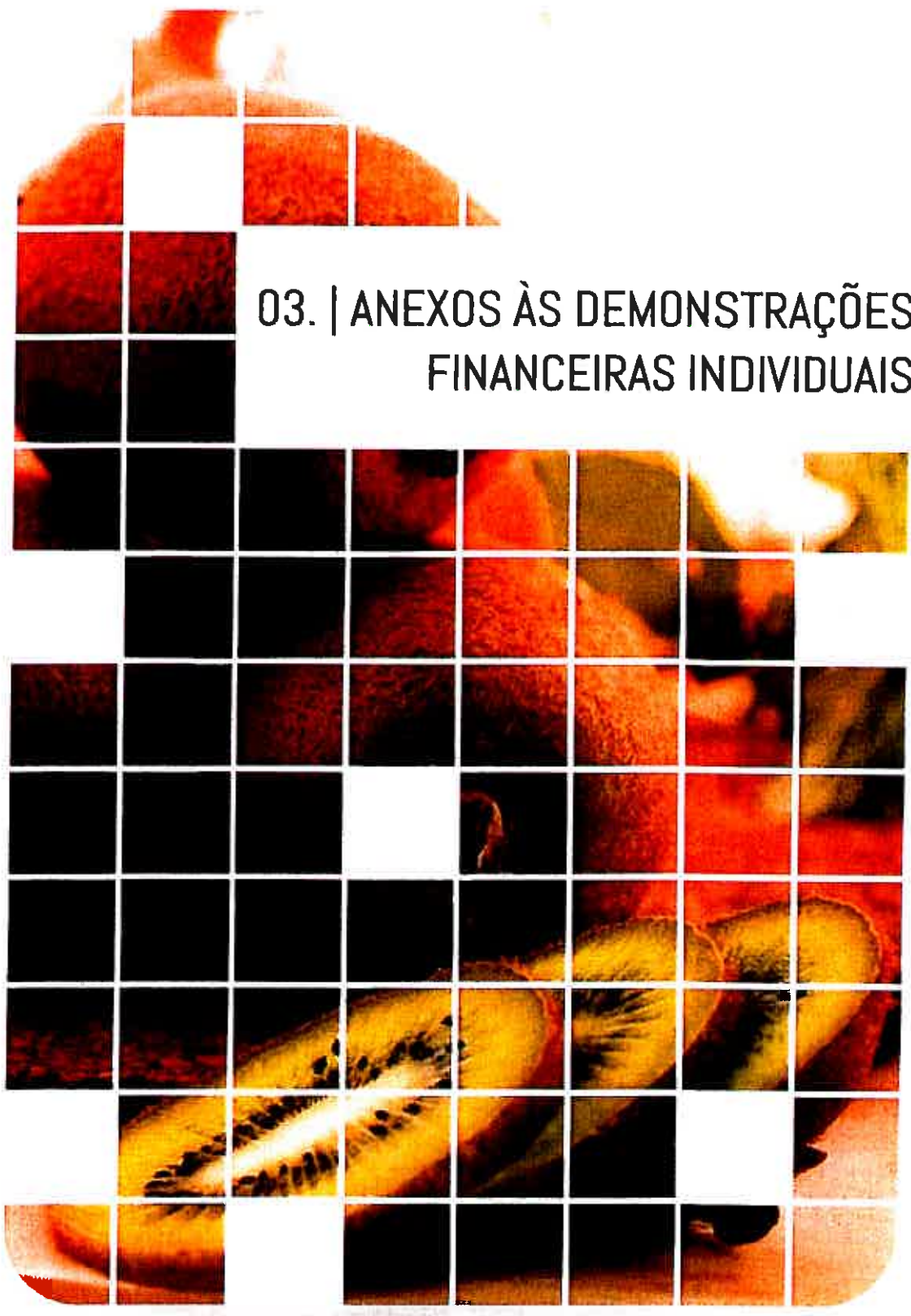
Relatório e Conta de Administração e Atividades Financeiras do Grupo de Trabalho de Resgate de Valores em Risco

(Unidade monetária: R\$)

Movimentos no período	Capital social	Proteções suplementares a outros instrumentos de capital	Ações (emitidas) próprias	Prêmios de amadurecimento	Reservas não distribuídas	Excedente de valorização de ativos financeiros	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Reservas acumuladas	Resultado líquido do período	Total
Saldo no início do período	1.850.000,00			78,51	314,00			70.229,64	70.229,64	1.899.069,25
Adições/diminuições diretas ao capital próprio	1.850.000,00			78,51	314,00			(181.488,03)	1.658.094,98	
Saldo no fim do período	1.850.000,00			78,51	314,00			(181.488,03)	(70.328,51)	1.680.665,06

At - Outros adiantamentos em função de demandas imprevistas de clientes - responsabilidade de administração financeira em cobrança de juros

4/5
2
*
12



03. | ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é uma sociedade anónima com sede na Zona Industrial do Cartaxo, lote 20, em Vila Chã de Ourique, constituída em 18 de Março de 2010, tendo como actividade principal a prossecução da Concessão da Exploração e Gestão Conjunta dos Serviços Públicos municipais de Abastecimento de Água para Consumo público e de Recolha e Rejeição de Efluentes Domésticos no Município de Cartaxo, incluindo esta actividade a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os actos necessários para a prossecução da sua actividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (PDC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excepcionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Cartágua, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia a 1 de Janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma actividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Esta actividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adoptou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua actividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

IFRIC 12

A Cartágua é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, pelo que a sua facturação depende integralmente dos consumos de água, que são por sua vez influenciados pelas condições meteorológicas, variação do número de consumidores/população, legislação e imposições do organismo regulador do sector de actividade, entre outros factores.

A 12 de Março de 2013 foi efectuada uma revisão ao contrato de concessão, tendo ficado acordado entre a Cartágua e o Município do Cartaxo, que o pagamento total da renda fixa a pagar à Concedente durante o período da concessão, se altera de 23 milhões de euros para o valor de 10.58 milhões de euros, tendo este contrato efeitos a partir do exercício económico de 2013.

A referida revisão contratual, alterou a cláusula 74.º do contrato de concessão (Retribuição da concessão), tendo ficado previsto, o pagamento de uma retribuição anual à Concedente de valor definido até ao sexto ano de concessão, passando a partir do sétimo ano, a ser variável e calculada com base numa percentagem do montante facturado e cobrado, relativamente às tarifas fixas e variáveis dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, que originou um ajustamento ao cálculo do activo intangível e ao passivo financeiro associados ao contrato de concessão.

Desta forma, os registos contabilísticos tiveram por base os cálculos das retribuições fixas (durante os seis primeiros anos), considerando-se a partir do sétimo ano o valor como variável e totalmente dependente do rédito que a empresa vier a registar a esse momento.

Considerando que a base de cálculo dessa retribuição é a própria actividade operacional da empresa, considera-se custo operacional no ano em que se incorrer no mesmo. Consideramos ainda que a imprevisibilidade do sector de actividade ao qual está exposta a Cartágua gera incertezas significativas relativamente ao rédito que se venha a reconhecer a partir do sétimo ano, e até ao final do contrato de concessão, não sendo possível desta forma calcular fiavelmente a retribuição a pagar à Concedente no período em causa.

No âmbito da NCRF 6 e da IAS 38 Activos Intangíveis, bem como da IFRIC 12 – Acordos de Concessão, procedeu-se à actualização do valor do activo intangível resultante da renegociação do acordo de concessão, o qual apresentava em 31 de Dezembro de 2012 um valor líquido contabilístico de 15.585.352 euros e que apresenta em 31 de Dezembro de 2013 o valor líquido contabilístico de 8.807.594,69 euros.

De igual forma foi ajustado o passivo financeiro no âmbito da NCRF 27 e da IAS 39 – Instrumentos financeiros, bem como da IFRIC 12, o qual apresentava em 31 de Dezembro de 2012 um valor contabilístico de 8.634.354 euros e que apresenta em 31 de Dezembro de 2013 o valor contabilístico de 871,645.86 euros.

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao município, um activo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efectuar um investimento total de 10,143 milhões de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do activo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Activo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições actuais e construção de novas infraestruturas. O contrato de Concessão actualmente em vigor estabelece o pagamento de uma renda total fixa durante parte do período da concessão (6 anos, de 2010 a 2015) de 10,58 milhões de euros.

O passivo financeiro registado na contabilidade da Cartágua, e que foi no seu momento inicial reconhecido pelo seu justo valor, foi subseqüentemente mensurado pelo custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, tendo a empresa procedido no exercício de 2013 ao desreconhecimento de 437,838.00 euros no activo intangível e no passivo financeiro - outras contas a pagar não corrente.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Cartágua reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rodante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respectivos, face ao valor líquido dos bens e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.

3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um activo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num activo intangível.

O activo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O activo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefício económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de activos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transacção ou evento que lhes deu origem.

3.5. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a checkmark, a signature, and a large scribble.

3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal ate que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afectação decorre da deliberação dos detentores de capital.

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício.

3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

Clientes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objectiva da incobrabilidade da dívida.

Estado e outros entes públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

Outras contas a receber

As outras contas a receber incluem, devedores por acréscimos de rendimentos, dívidas de pessoal e outros devedores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Diferimentos

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Outras contas a pagar

As outras contas a pagar incluem, credores por acréscimos de rendimentos, fornecedores de investimento, dívidas ao pessoal e outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

3.6. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afectar os períodos futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam activos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saiete-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícos e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercíco e no passivo (não corrente) sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.12. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

10
 10

3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Os valores estimados referentes aos activos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em períodos seguintes são reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, proceder-se-á à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão da empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data do reporte da informação financeira.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos apresentados nestas estimativas.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013, não ocorreram alterações significativas de estimativas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de Dezembro de 2012.

5. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte dos grupos FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 60,00% da empresa aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A., e Lena, S.G.P.S., através da participação de 40,00% da empresa Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação das contas dos respectivos grupos.

Relativamente às transacções entre partes relacionadas, a 31 de Dezembro de 2013, o detalhe dos saldos respectivos era o seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
Passivo		
Fornecedores C/C		
Água - Gest. on Integral de Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	919,255.25	891,425.25
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	509,632.19	450,517.23
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Acionistas/Sócios		
Água - Gest. on Integral de Agua, S.A. (Delegação de Madrid)	3,573,000.00	3,573,000.00
<i>(Transacções relativas a empréstimos obrig. do contrato de suprimentos assinado entre as partes)</i>		

cartágua

	Ano 2013	Ano 2012
Accionistas/Sócios		
Lina Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A	2,402,000.00	2,402,000.00
<i>(Transações relativas à aquisição de imobilizado de acordo com o contrato de suprimentos assinado entre as partes)</i>		
Fornecedores de investimentos		
HIDC - Hidroinvestimentos do Centro	1,594,461.42	800,322.42
<i>(Transações relativas à aquisição de imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Outros devedores e credores		
HIDC - Hidroinvestimentos do Centro	0.00	106,598.00
<i>(Transações relativas à aquisição de imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Outros devedores e credores		
Água de Gestão Integrada de Água S.A (Delegação de Madrid)	664,716.49	324,136.34
<i>(Transações relativas à aquisição de empréstimos obtidos ao abrigo do contrato de suprimentos assinado entre as partes. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Outros devedores e credores		
Lina Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A	396,627.30	183,688.40
<i>(Transações relativas à aquisição de empréstimos obtidos ao abrigo do contrato de suprimentos assinado entre as partes. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Total	10,059,692.65	8,731,687.64

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2012
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	49,108.95	3,813.00	0.00	45,295.95
Equipamento de transporte	7,366.17	0.00	0.00	7,366.17
Equipamento administrativo	53,701.31	779.50	0.00	52,921.81
Total	110,176.43	4,592.50	0.00	105,583.93
DEPRECIACÕES ACUMULADAS				
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	33,949.38	10,315.44	0.00	23,633.94
Equipamento de transporte	4,478.25	1,841.54	0.00	2,636.71
Equipamento administrativo	35,975.41	12,029.29	0.00	23,946.12
Total	74,403.04	24,186.27	0.00	50,216.77
Saldo líquido	35,773.39	(18,583.77)	0.00	55,367.16

ACTIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013	Aumentos e Reavaliações	Ajustes	Saldo em 31.12.2012
Activos intangíveis				
em Firma	13,031,619.13	(3,645,700.49)	0.00	16,677,319.62
em Curso	942,099.32	(1,361,320.93)	0.00	2,303,420.25
Total	13,973,718.45	(6,007,021.42)	0.00	18,980,739.87
DEPRECIACÕES ACUMULADAS				
Activos intangíveis				
em Firma	1,556,624.34	464,656.96	0.00	1,091,967.38
Total	1,556,624.34	464,656.96	0.00	1,091,867.38
Saldo líquido	12,417,094.11	(5,471,678.36)	0.00	17,888,772.49

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe da rubrica de impostos diferidos a 31 de Dezembro de 2013, e de acordo com as diferenças temporárias que lhe deram origem, era o seguinte:

	Ano 2013		Ano 2012	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	144.188,65	0,00	81.275,65	0,00
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Redução) de prejuízos fiscais reportáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais	8.880,19	0,00	62.923,00	0,00
Outros efeitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos efeitos na demonstração de resultados	8.880,19	0,00	62.923,00	0,00
Efeitos em capitais próprios				
Justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros efeitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos efeitos nos capitais próprios	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	153.078,74	0,00	144.188,65	0,00

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2013 a conta de estado e outros entes públicos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Activo		
Imposto sobre o rendimento	54.705,28	8.379,66
Retenção de impostos sobre o rendimento	3.650,50	3.645,59
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	58.570,17	128.339,45
Outros impostos	589,70	533,36
Total	117.515,65	140.898,06

	Ano 2013	Ano 2012
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	197.256,19	0,00
Retenção de impostos sobre o rendimento	34.838,48	46.565,07
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	6.694,86	5.579,62
Outros impostos	0,00	0,00
Total	238.789,53	52.144,69

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

A rubrica Clientes C/C reflecte o valor em dívida dos consumidores finais a 31 de Dezembro de 2013

	Ano 2013	Ano 2012
Clientes		
Clientes C/C	659.904,65	1.372.534,12
Perdas por impiedade acumuladas	0,00	(34.749,16)
Total	659.904,65	1.337.784,96

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de outras contas a receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Outras contas a receber		
Essa	694,51	694,51
Adiantamentos a fornecedores	15.516,38	0,00
Devedores por períodos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de facturação (1)	41.467,80	41.467,80
Provisão de ajustamento temporário (nota 3.10)	0,00	72.500,00
Outros valores a receber	0,00	362.763,69
Devedores e credores diversos	23.980,20	1.529,49
Total	81.558,89	478.955,49

(1) O montante dos diferimentos por períodos de rendimentos acima mencionados, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que apresenta um ajustamento temporal, entre a facturação e a contagem real de consumos efectuados.

10. DIFERIMENTOS

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de diferimentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	30.945,80	1.993,35
Total	30.945,80	1.993,35

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2013 e a reconciliação entre esse valor e o montante de caixa e equivalentes de caixa constante da demonstração da posição financeira nessa data era:

cartágua

	Ano 2013	Ano 2012
Caixa	4,048.50	1,758.34
Depósitos a ordem		
Santander Totta	129,945.80	6,060.92
Caixa Geral de Depósitos	427,306.37	477,229.07
Total	561,300.67	485,048.33
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	661,300.67	485,048.33

12. FINANCIAMENTOS

As dívidas a instituições de crédito e sociedades financeiras, correntes e não correntes, decompunham-se, à data de 31 de Dezembro de 2013, da seguinte forma:

	Ano 2013	Ano 2012
Accionistas/Sócios		
Empréstimos concedidos		
Água e - Gestão Integra do Água, S.A.	3,573,000.00	3,573,000.00
Lima Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	2,402,000.00	2,402,000.00
Total	5,975,000.00	5,975,000.00

13. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDITORES

A rubrica de fornecedores de conta corrente reflecte as facturas em aberto, a pagar a fornecedores diversos, à data de 31 de Dezembro de 2013, sendo o seu detalhe o seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
Fornecedores		
Fornecedores C/C	1,548,964.17	1,503,070.75
Total	1,548,964.17	1,503,070.75

A 31 de Dezembro de 2013, o detalhe da rubrica de outras contas a pagar (decomposto entre passivo não corrente e passivo corrente), era o seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
Passivo não corrente		
Outras contas a pagar		
Receitas a investimentos reversíveis - Acréscimo de gastos (nota 3.1 e 3.10)	681,399.74	906,909.13
Receitas a investimentos reversíveis - Retribuição a pagar (nota 3.1 e 3.10)	871,645.86	8,174,354.13
Total	1,553,045.60	9,081,263.26
Passivo corrente		
Outras contas a pagar		
Fornecedores de investimentos	1,595,710.82	803,002.49
Credores por acréscimos de gastos	235,709.83	465,849.64
Devedores e credores diversos	1,187,018.71	726,662.51
Adiantamento de clientes	8,955.32	0.00
Investimentos Reversíveis - Canon a Pagar (nota 3.1 e 3.10)	0.00	460,000.00
Total	3,027,293.68	2,455,514.64

W
R
* TL

14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de vendas e prestações de serviços apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Vendas	1,881,076.75	1,075,442.85
Serviços prestados	1,028,176.75	1,104,723.23
Subcontratos (2)	1,492,966.85	1,269,977.37
Total	4,402,220.35	4,250,143.45

(2) Correspondem à realização de projetos reconhecidos na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A 31 de Dezembro de 2013 o detalhe da conta de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas é o seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
Matérias primas		
Existências iniciais	84,191.16	69,118.23
Compras	113,131.58	137,612.93
Existências finais	(61,714.77)	(122,540.00)
Total	135,607.97	84,191.16

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Subcontratos	85,786.07	99,300.47
Subcontratos (2)	1,492,966.85	1,269,977.37
Serviços especializados	824,795.96	1,001,264.28
Matérias	15,770.71	13,068.33
Energia e fluidos	302,958.15	216,024.19
Deslocações, estadas e transportes	8,215.08	18,375.13
Serviços diversos	160,339.54	151,469.80
Total	2,890,832.36	2,769,479.57

(2) Correspondem à realização de custos reconhecidos na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

17. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de custos com o pessoal apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Remunerações	296,105.72	301,265.49
Encargos sociais	63,913.35	56,795.14
Seguros de acidentes de trabalho	4,014.24	5,097.07
Gastos de acção social (SHT)	5,074.62	2,722.06
Outros postos com o pessoal	16,726.53	20,143.72
Total	385,834.46	386,023.48

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa reportar por empregadas e assalariadas foi no exercício findo em 2011 de 25 pessoas.

cartágua

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2013 o detalhe da rubrica de outros rendimentos e ganhos era como segue:

	Ano 2013	Ano 2012
Rendimentos suplementares (4)	212,905.81	510,098.23
Correcções relativas a períodos anteriores	4,856.79	1,686.61
Outras Não Especificadas	13,980.65	14,365.97
Total	231,743.25	526,150.81

(4) Corresponde ao montante facturado no período em análise, segundo aplicação do Protocolo de Ajustamento Temporário ao Tarifário em Vigor, a qual foi aprovada em reunião da assembleia municipal de 1 de setembro de 2011, como compensação pela aplicação do ajustamento temporário ao tarifário, às quantias devidas referentes ao diferencial entre a receita efectivamente obtida pela Cartágua e aquela que obtinha caso aplicasse aos utilizadores as tarifas ajustadas ao tarifário aprovado no âmbito do Ajustamento ao Contrato de Concessão

19. OUTROS GASTOS E PERDAS

Ac contrário do que se fez em anos anteriores, passou a considerar-se em Outros Gastos e Perdas, os Juros de Mora e os Juros Compensatórios que, anteriormente, tinham sido apresentados na demonstração dos resultados em Juros e Gastos Similares Suportados, como se tratassem de gastos de financiamento.*

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de outros gastos e perdas apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2013	Ano 2012
Impostos e taxas	23,213.83	43,218.54
Dívidas recebíveis	11,421.82	34,749.16
Debitivos	2,720.00	16,290.00
Multas e penalidades	592.92	589.50
Serviços bancários	4,091.30	4,623.55
Sinistros e franquias	3,625.19	2,343.25
Juros de mora	54.29	39.64
Juros compensatórios	758.50	117.72
Correcções relativas a períodos anteriores	120,108.81	2,564.70
Total	168,686.66	104,536.06

20. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 o detalhe da rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
Activos fixos tangíveis		
Equipamento básico	10,315.44	9,857.59
Equipamento de transporte	1,841.54	1,318.36
Equipamento administrativo	12,029.29	11,769.50
Activos intangíveis		
Outros activos intangíveis (Cannon)	277,769.06	237,445.27
Outros activos intangíveis (Reversíveis)	204,138.49	476,494.85
Total	508,093.82	738,685.56

21. RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de resultados financeiros apresentava no período findo em 31 de Dezembro de 2013 a seguinte composição:

	Ano 2013	Ano 2012
Juros obtidos		
Juros efectivos do passivo financeiro (5)(nota 3.10)	457.719,78	0,00
Total	457.719,78	0,00
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	431.123,47	455.363,01
Juros efectivos do passivo financeiro (5)(nota 3.10)	0,00	329.420,36
Total	431.123,47	784.783,37
Resultados financeiros	26.596,31	(784.783,37)

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto Sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25% sobre a matéria colectável.

Ao valor da colecta de IRC acresce Derrama, a qual incide sobre o lucro tributável, que variará consoante o Município em questão.

No caso do Município de Cartaxo a Derrama é de 1.50%.

Nos termos do Código do Imposto Sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas (CIRC), a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas e condições nele previstas.

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração de resultados, no período findo em 31 de Dezembro de 2013, apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	376.348,45	(133.252,51)
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	(38.293,18)	395.742,17
Doações	2.720,00	0,00
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	197.256,19	43.647,57
Multas, deimas, juros compensatórios e demais infracções	1.405,71	589,50
Correcções relativas a períodos anteriores	120.108,81	2.564,70
Amortização de investimentos reversíveis aceites	71.803,33	(158.296,90)
Matéria colectável	733.349,31	150.994,53
Imposto à taxa de 25,00%	183.337,33	37.748,63
Pagamento especial por conta	9.300,28	8.379,66
Retenções na fonte	0,00	0,00
Pagamento por conta	45.405,00	0,00
IRC a pagar	128.632,05	28.368,97
Derrama	11.000,24	2.264,92
Tributações autónomas	2.918,62	3.634,02
Total a pagar	142.550,91	35.267,91
Imposto do período	187.258,19	43.647,57

4/5
12

*

12

23. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

23.1 ACTIVOS CONTINGENTES

À data de 31 de Dezembro de 2013, não existiam na Cartágua activos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

23.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal de Cartaxo, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2013	Ano 2012
Cooperativa Gestão Integra da Água, S.A	180,000.00	180,000.00
Linha Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A	120,000.00	120,000.00
Total	300,000.00	300,000.00

44 1/2
*
12



04. | CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 14.318.887 euros e um total de capital próprio de 1.975.794 euros, incluindo um resultado líquido de 387.229 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

SEDE | HEAD OFFICE
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch
Via Eng.º Edgardo Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da *Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A.* em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos à atenção para o facto de a nossa nomeação ter ocorrido no decorrer do exercício em análise, em particular em 15 de outubro de 2013.

Lisboa, 8 de abril de 2014

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

José Vieira dos Reis, ROC nº 359



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação das contas da *Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A.*, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa. Para o efeito, o Conselho de Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão, completado o exame das contas com vista à sua certificação legal e elaborado o relatório de conclusões e recomendações de auditoria.

4. Parecer

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos no número anterior, designadamente o que se contém na Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação das contas do exercício de 2013, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 8 de abril de 2014

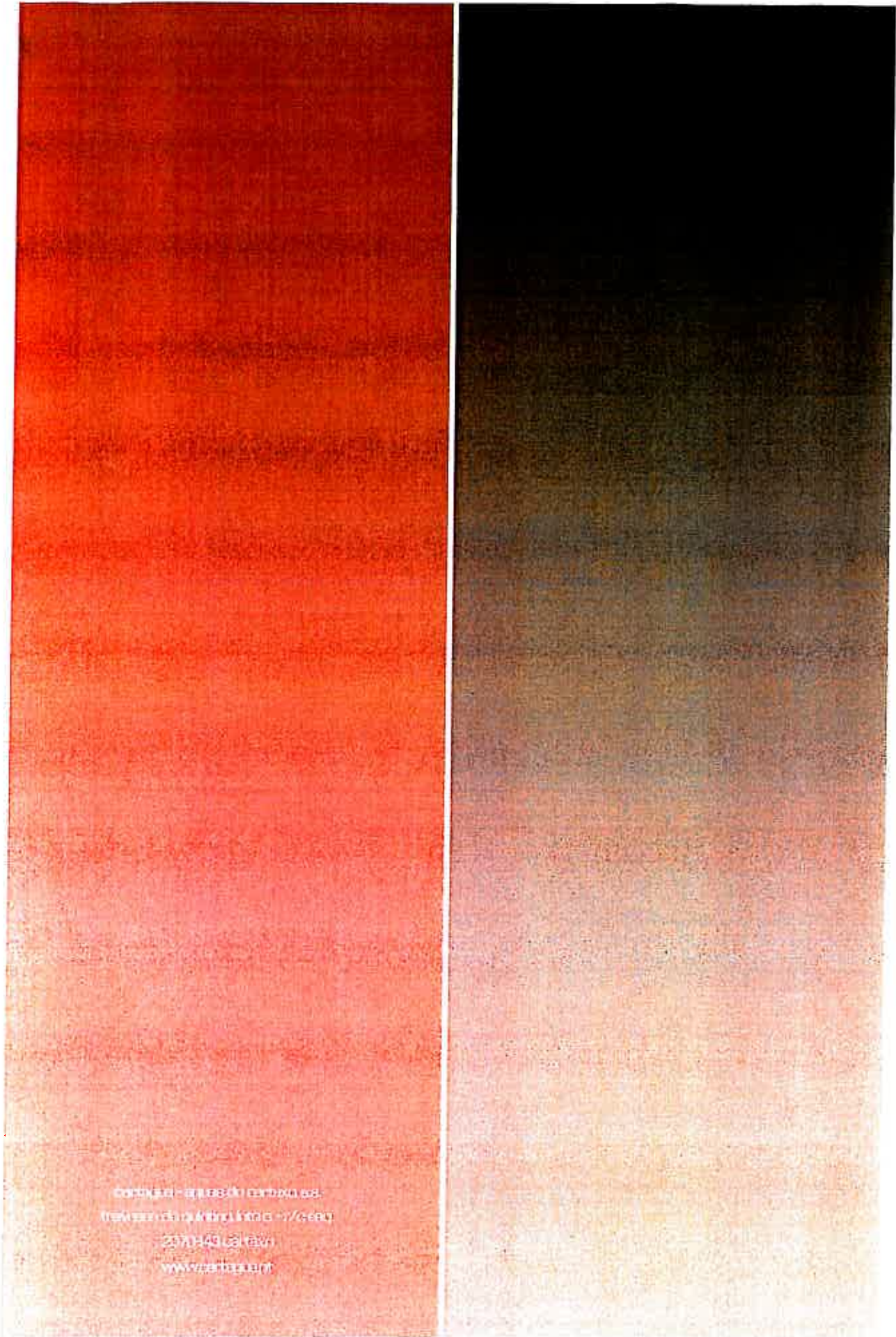
O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

José Vieira dos Reis, ROC nº 359

X



cordigliani - acque di rombo spa
viale della libertà 110/a - 77040
20149 coltara
www.cordigliani.it